



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2022



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	5
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2022	6
BALANÇO FINANCEIRO – 2022	7
BALANÇO PATRIMONIAL – 2022.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2022	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2022	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2022.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS	11
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)	12
PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	17
CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	19
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	20
NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS).....	20
NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	22
NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	32
NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	34
NE 5 - INGRESSOS	34
NE 6 - DISPÊNDIOS.....	37
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL	38
NE 7 – ATIVO CIRCULANTE	39
NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	41
NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL	45
NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	48
NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	48
NE 13 – SALDO PATRIMONIAL	49
ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR.....	50
NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS.....	50
NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	51



NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL...	52
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	53
NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	53
NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	54
NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO.....	54
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	55
NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	55
NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	56
NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL.....	56
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	57
NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	57
NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	58
NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	59
PASSIVOS CONTINGENTES.....	60
NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES.....	60
CUSTOS OPERACIONAIS.....	61
NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....	61



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 93.872/86 e a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que as mesmas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração reflete a Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campinas, SP, 17 de março de 2023

LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA

CRC Nº 1PR055994/O-2

Contador Responsável



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2022

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		18.868.113,00	18.868.113,00	19.040.909,21	172.796,21
Receita Patrimonial		18.868.113,00	18.868.113,00	18.582.635,20	-285.477,80
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		806.649,00	806.649,00	521.171,20	-285.477,80
Cessão de Direitos		18.061.464,00	18.061.464,00	18.061.464,00	-
Outras Receitas Correntes		-	-	458.274,01	458.274,01
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	458.274,01	458.274,01
SUBTOTAL		18.868.113,00	18.868.113,00	19.040.909,21	172.796,21
DEFICIT				1.884.381.168,33	1.884.381.168,33
TOTAL		18.868.113,00	18.868.113,00	1.903.422.077,54	1.884.553.964,54
CRÉDITOS ADIC. CANCELADOS			94.100.337,00		-94.100.337,00

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2	DESPESA					SALDO DA DOTAÇÃO
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
DESPESAS CORRENTES		1.836.047.323,00	1.904.010.660,00	1.876.971.425,98	1.843.964.908,70	1.842.689.137,23	27.039.234,02
Pessoal e Encargos Sociais		1.540.247.448,00	1.626.798.357,00	1.605.457.886,31	1.589.228.645,75	1.589.146.207,27	21.340.470,69
Outras Despesas Correntes		295.799.875,00	277.212.303,00	271.513.539,67	254.736.262,95	253.542.929,96	5.698.763,33
DESPESAS DE CAPITAL		612.885,00	26.749.885,00	26.450.651,56	16.325.059,46	15.727.679,16	299.233,44
Investimentos		612.885,00	26.749.885,00	26.450.651,56	16.325.059,46	15.727.679,16	299.233,44
TOTAL		1.836.660.208,00	1.930.760.545,00	1.903.422.077,54	1.860.289.968,16	1.858.416.816,39	27.338.467,46

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		2.389.057,44	26.835.572,31	18.282.948,25	18.218.345,54	7.391.733,06	3.614.551,15
Pessoal e Encargos Sociais		133.997,79	8.981.542,83	7.902.883,27	7.902.883,27	133.997,79	1.078.659,56
Outras Despesas Correntes		2.255.059,65	17.854.029,48	10.380.064,98	10.315.462,27	7.257.735,27	2.535.891,59
DESPESAS DE CAPITAL		45.424,92	374.912,67	371.092,95	371.092,95	46.014,78	3.229,86
Investimentos		45.424,92	374.912,67	371.092,95	371.092,95	46.014,78	3.229,86
TOTAL		2.434.482,36	27.210.484,98	18.654.041,20	18.589.438,49	7.437.747,84	3.617.781,01

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		5.156,65	584.715,78	502.336,31	-	87.536,12
Outras Despesas Correntes		5.156,65	584.715,78	502.336,31	-	87.536,12
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
TOTAL		5.156,65	584.715,78	502.336,31	-	87.536,12



BALANÇO FINANCEIRO – 2022

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

INGRESSOS	NE	2022	2021	DISPÊNDIOS	NE	2022	2021
	5				6		
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		1.913.601.590,19	1.756.388.774,32
				Ordinárias		1.467.075.982,58	1.273.643.091,91
				Vinculadas		446.525.607,61	482.745.682,41
				Seguridade Social (Exceto Previdência)		38.564.633,00	141.330.596,00
				Previdência Social (RPPS)		376.001.761,00	312.969.255,00
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		31.959.213,61	28.445.831,41
Transferências Financeiras Recebidas		1.910.080.905,31	1.745.819.484,08	Transferências Financeiras Concedidas		71.040.834,72	55.745.907,03
Resultantes da Execução Orçamentária		1.908.228.928,48	1.743.228.545,58	Resultantes da Execução Orçamentária		1,37	64.346,10
Sub-repasse Recebido		1.908.228.928,48	1.743.228.545,58	Sub-repasse Devolvido		1,37	64.346,10
Independentes da Execução Orçamentária		1.851.976,83	2.590.938,50	Independentes da Execução Orçamentária		71.040.833,35	55.681.560,93
Demais Transferências Recebidas		838.152,61	1.287.412,32	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		3.956.968,07	2.512.130,88
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.013.824,22	1.303.526,18	Demais Transferências Concedidas		18,00	-
				Movimento de Saldos Patrimoniais		67.083.847,28	53.169.430,05
Recebimentos Extraorçamentários		129.526.309,45	98.084.448,46	Pagamentos Extraorçamentários		19.315.432,27	9.522.424,58
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.873.151,77	583.923,43	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		502.336,31	486.973,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		43.155.772,78	27.210.484,98	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		18.589.438,49	8.579.253,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		224.587,24	450.947,98	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		223.657,47	456.197,80
Outros Recebimentos Extraorçamentários		84.272.797,66	69.839.092,07				
Arrecadação de Outra Unidade		84.272.797,66	69.839.092,07				
Saldo do Exercício Anterior		82.848.626,58	60.601.799,97	Saldo para o Exercício Seguinte		118.497.984,16	82.848.626,58
Caixa e Equivalentes de Caixa		82.848.626,58	60.601.799,97	Caixa e Equivalentes de Caixa		118.497.984,16	82.848.626,58
TOTAL		2.122.455.841,34	1.904.505.732,51	TOTAL		2.122.455.841,34	1.904.505.732,51

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



BALANÇO PATRIMONIAL – 2022

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	7	131.161.947,54	91.937.164,24	PASSIVO CIRCULANTE		205.717.017,98	142.919.154,36
Caixa e Equivalentes de Caixa		118.497.984,16	82.848.626,58	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		199.868.964,09	139.498.970,13
Créditos a Curto Prazo		10.456.189,87	6.356.904,84	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		3.751.683,98	3.012.510,35
Demais Créditos e Valores		10.456.189,87	6.356.904,84	Provisões a Curto Prazo		440.950,51	-
Estoques		1.974.176,80	2.547.056,02	Demais Obrigações a Curto Prazo		1.655.419,40	407.673,88
VPDs Pagas Antecipadamente		233.596,71	184.576,80				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8	706.576.519,96	690.799.742,21	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			583.325,46
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.348.309,90	1.433.128,44	Provisões a Longo Prazo		-	583.325,46
Créditos a Longo Prazo		1.348.309,90	1.433.128,44	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9	205.717.017,98	143.502.479,82
Demais Créditos e Valores		1.348.309,90	1.433.128,44	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado		693.278.679,18	677.908.839,31	ESPECIFICAÇÃO			
Bens Móveis		51.083.163,61	46.487.196,58	Demais Reservas		3.319,48	3.546,52
Bens Móveis		147.247.871,89	133.292.458,57	Resultados Acumulados		632.018.130,04	639.230.880,11
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-96.164.708,28	-86.805.261,99	Resultado do Exercício		-54.465.421,23	32.227.502,66
Bens Imóveis		642.195.515,57	631.421.642,73	Resultados de Exercícios Anteriores		639.230.880,11	606.944.800,65
Bens Imóveis		642.457.762,56	641.506.164,07	Ajustes de Exercícios Anteriores		47.252.671,16	58.576,80
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-262.246,99	-10.084.521,34	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	632.021.449,52	639.234.426,63
Intangível		11.949.530,88	11.457.774,46				
Softwares		11.949.530,88	11.457.774,46				
Softwares		12.131.534,92	11.582.303,54				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-182.004,04	-124.529,08				
TOTAL DO ATIVO		837.738.467,50	782.736.906,45	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		837.738.467,50	782.736.906,45

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	11	118.497.984,16	82.848.626,58	PASSIVO FINANCEIRO	12	48.794.606,65	30.294.274,97
ATIVO PERMANENTE		719.240.483,34	699.888.279,87	PASSIVO PERMANENTE		185.770.447,17	128.505.292,32
				SALDO PATRIMONIAL	13	603.173.413,68	623.937.339,16

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		8.464.560,00	6.914.343,87	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		134.656.962,84	124.421.126,12
Execução dos Atos Potenciais Ativos		8.464.560,00	6.914.343,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos		134.656.962,84	124.421.126,12
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		5.400.782,07	4.616.902,30	Obrigações Contratuais a Executar		134.656.962,84	124.421.126,12
Direitos Contratuais a Executar		3.063.777,93	2.297.441,57				
TOTAL	14	8.464.560,00	6.914.343,87	TOTAL	15	134.656.962,84	124.421.126,12

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
	NE		NE
Recursos Ordinários			23.216.616,43
Recursos Vinculados			46.486.761,08
Seguridade Social (Exceto Previdência)			-1.179.999,00
Previdência Social (RPPS)			83,45
Alienação de Bens e Direitos			331.881,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			47.334.795,63
TOTAL		16	69.703.377,51



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2022

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17	1.994.650.880,13	1.965.677.520,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		62.295.026,98	45.578.259,41
Taxas		62.295.026,98	45.578.259,41
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		18.736.043,64	852.709,78
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		18.736.043,64	852.709,78
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		102.990,57	151.055,97
Juros e Encargos de Mora		7.899,44	6.280,65
Variações Monetárias e Cambiais		95.091,13	144.775,32
Transferências e Delegações Recebidas		1.910.103.876,44	1.763.880.948,08
Transferências Intragovernamentais		1.910.080.905,31	1.745.819.484,08
Transferências Intergovernamentais		-	18.061.464,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		22.971,13	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		37.483,88	149.139.966,58
Reavaliação de Ativos		-	149.129.793,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos		37.483,88	10.173,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.375.458,62	6.074.580,97
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	583.325,46
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.375.458,62	5.491.255,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18	2.049.116.301,36	1.933.450.018,13
Pessoal e Encargos		1.220.807.870,42	1.206.470.598,77
Remuneração a Pessoal		964.243.232,41	944.244.318,63
Encargos Patronais		189.553.652,24	188.670.750,56
Benefícios a Pessoal		56.301.260,08	62.604.895,61
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		10.709.725,69	10.950.633,97
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		606.508.267,84	472.528.957,43
Aposentadorias e Reformas		457.472.708,84	380.369.307,55
Pensões		69.396.742,42	46.007.867,80
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		79.638.816,58	46.151.782,08
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		130.672.616,44	107.767.498,29
Uso de Material de Consumo		4.265.900,52	1.897.171,51
Serviços		115.670.770,54	93.662.429,93
Depreciação, Amortização e Exaustão		10.735.945,38	12.207.896,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.023.456,71	699.957,11
Juros e Encargos de Mora		318.119,42	8.853,16
Variações Monetárias e Cambiais		1.705.337,29	691.043,95
Descontos Financeiros Concedidos		-	60,00
Transferências e Delegações Concedidas		71.262.876,78	56.100.128,31
Transferências Intragovernamentais		71.040.834,72	55.745.907,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas		222.042,06	354.221,28
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		12.192.743,98	86.578.741,86
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	72.008.501,31
Perdas Involuntárias		13.388,91	96.817,20
Incorporação de Passivos		10.151.654,60	12.738.111,64
Desincorporação de Ativos		2.027.700,47	1.735.311,71
Tributárias		3.966.989,70	1.812.729,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		273.401,55	246.657,22
Contribuições		3.693.588,15	1.566.072,31
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.681.479,49	1.491.406,83
Premiações		4.018,00	39.300,00
Constituição de Provisões		376.841,58	650.361,81
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.300.619,91	801.745,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19	-54.465.421,23	32.227.502,66

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2022

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20	51.748.129,69	24.127.473,60
INGRESSOS		1.994.578.290,21	1.816.109.524,13
Outros Ingressos Operacionais		1.994.578.290,21	1.816.109.524,13
Ingressos Extraorçamentários		224.587,24	450.947,98
Transferências Financeiras Recebidas		1.910.080.905,31	1.745.819.484,08
Arrecadação de Outra Unidade		84.272.797,66	69.839.092,07
DESEMBOLSOS		-1.942.830.160,52	-1.791.982.050,53
Pessoal e Demais Despesas		-1.692.019.087,66	-1.551.583.611,15
Judiciário		-1.215.433.563,88	-1.117.048.623,80
Previdência Social		-466.434.048,53	-421.802.917,31
Encargos Especiais		-10.151.475,25	-12.732.070,04
Transferências Concedidas		-179.546.580,67	-184.196.334,55
Intragovernamentais		-179.546.580,67	-184.196.334,55
Outros Desembolsos Operacionais		-71.264.492,19	-56.202.104,83
Dispêndios Extraorçamentários		-223.657,47	-456.197,80
Transferências Financeiras Concedidas		-71.040.834,72	-55.745.907,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21	-16.098.772,11	-1.880.646,99
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-16.098.772,11	-1.880.646,99
Aquisição de Ativo Não Circulante		-15.537.041,95	-1.691.592,50
Outros Desembolsos de Investimentos		-561.730,16	-189.054,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		35.649.357,58	22.246.826,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		82.848.626,58	60.601.799,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	22	118.497.984,16	82.848.626,58

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2022

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

Especificação	NE	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		639.234.426,63
Ajustes de Exercícios Anteriores	24	47.252.671,16
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	25	-227,04
Resultado do Exercício		-54.465.421,23
Saldo Final do Exercício 2022	23	632.021.449,52

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



NOTAS EXPLICATIVAS

- As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis;
- Objetivam oferecer uma informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas Demonstrações Contábeis sejam claras; e
- O seu conteúdo apresenta informações adicionais às Demonstrações Contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informações sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas se baseiam na Lei nº 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em 2022 os registros contábeis foram baseados no MCASP 9ª Edição, válido para aplicação durante o exercício de 2022.

A Coordenadoria de Contabilidade elabora o Relatório de Fechamento Contábil Mensal, mediante autuação de Processos Administrativos Eletrônicos, em cumprimento ao Ato Regulamentar GP-VPA nº 01/2018 do TRT da 15ª Região e disponibiliza à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Secretaria de Auditoria Interna, visando subsidiar o controle e o processo de tomada de decisão.



INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)

- **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo;
- **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 15 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 5 Unidades de Postos Avançados;
- **Força de trabalho:** 384 Magistrados e 2.980 servidores ativos de cargos efetivos ocupados (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/projeto-transparencia-anexo-iv>);
- **Criação:** Lei Federal nº 7.520, de 15 de julho de 1986;
- **Objetivos Estratégicos por Perspectivas**
 - ✚ **Sociedade:** promover o trabalho decente e a sustentabilidade; fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais.
 - ✚ **Processos Internos:** garantir a duração razoável do processo; promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados; assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas; garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas; fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica.
 - ✚ **Aprendizagem e Crescimento:** aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional; aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados.
- **Missão:** realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania;



- **Visão de futuro:** na condição de justiça ágil e efetiva, continuar contribuindo para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país;
- **Atributos de valor:** inovação, acessibilidade, ética, efetividade, transparência, eficiência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental, comprometimento, celeridade, credibilidade, segurança jurídica, respeito à diversidade, solidariedade social.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Caixa e Equivalentes de Caixa: são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos de garantia tipo caução.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques: compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.



Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente: nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável.

Ativo realizável a Longo Prazo: compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal e adiantamento de contribuições futuras à Funresp-Jud. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No caso da Funresp-Jud, as correções monetárias são realizadas com base no Índice IPCA.

Imobilizado: é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação: o registro da depreciação mensal dos bens imóveis cadastrados no Sistema de Patrimônio da União é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade; compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema de Controle de Material e Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região. A depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund.



Intangível: contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Amortização: o prazo adotado para a amortização de softwares com vida útil definida será o prazo da licença de uso contratual ou, na ausência, será de 5 (cinco) anos, que é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com as datas de recebimento/atesto informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atesto); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).

Passivos Circulantes e Não Circulantes: as obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. O Passivo Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o Passivo Não Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo. São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no passivo não circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP.



Provisões e Passivos Trabalhistas: os passivos trabalhistas e respectivos encargos sociais são reconhecidos conforme dispõe a Resolução CSJT N° 137/2014, que estabelece os critérios para o reconhecimento administrativo, a apuração de valores e pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Ativos e Passivos Contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.

Patrimônio Líquido: é constituído, basicamente, pelo resultado do exercício, pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores e reserva de reavaliação.

Resultado Patrimonial: corresponde à diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário, será Déficit Patrimonial.

Resultado Orçamentário: representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro: representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Ajustes de Exercícios Anteriores: registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.



Reserva de Reavaliação: compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo de reavaliação e o valor anterior.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Foi publicada a Macrofunção 020351 – DARF Numerado, que trouxe as disposições sobre o recolhimento por meio do SIAFI de DARF Numerado, de acordo com disposições normativas trazidas ao arcabouço tributário brasileiro por meio da IN RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021 (e alterações posteriores).

A Mensagem SEOFI Nº 2/2022, tratou da Parametrização e Homologação do Código GRU 28962 – 0 e tratou da Nota Técnica SOF 32820/2021 ME que recomendou a substituição da fonte 81 por 70, para arrecadação de receita de remuneração de depósitos judiciais mantidos nas instituições financeiras: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O que era Receita com Transferências Correntes, passou a ser Receita Patrimonial com Cessão de Direitos.

A Mensagem SEOFI/CSJT Nº 010/2022, tratou da Classificação Orçamentária e Contábil (Natureza de Despesa Detalhada X Variação Patrimonial Diminutiva) de juros, multas e encargos financeiros, conforme a origem dos gastos: despesas com pessoal; encargo patronal; locação de mão-de-obra; obrigações tributárias; serviços de pessoas físicas e serviços de pessoas jurídicas e aquisição de bens.

A Resolução CSJT nº 343/2022, alterou a Resolução CSJT n.º 137, de 30 de maio de 2014, no que se refere aos parâmetros de atualização monetária de débitos de despesas de pessoal de exercícios anteriores.



CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Conformidades Contábeis mensais, elaboradas em atenção ao contido na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI, são registradas por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora.

A Conformidade Contábil se apoia nas análises realizadas pelas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, e na Conformidade de Registro de Gestão, mediante exames dos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitados, desta forma, os princípios da segregação de funções e da fiscalização intercorrente.

A Conformidade baseia-se, também, nas análises dos Relatórios de Contabilidade Analítica elaborados mediante emissão de consultas criadas no Sistema Tesouro Gerencial ou extraídos do banco de dados criado e mantido pela própria Coordenadoria de Contabilidade, que é atualizado diariamente mediante importação de dados do SIAFI.

Em 2022 foram emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, 45.084 (quarenta e cinco mil e oitenta e quatro) documentos, considerados os de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 30.040 (trinta mil e quarenta) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamento, notas de sistema, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.



A análise tem como objetivo prioritário verificar se o registro contábil do ato ou fato de execução orçamentária, financeira ou patrimonial está em conformidade com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem e pretende, sobretudo, verificar eventuais inconsistências que possam comprometer a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

Considerando que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro podem, eventualmente, ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, destaca-se que as restrições registradas em 2022 foram regularizadas até o encerramento do exercício.

ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações, as Notas Explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis. Além dessas, foram incluídas NE's relativas aos Passivos Contingentes e aos Custos Operacionais.



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

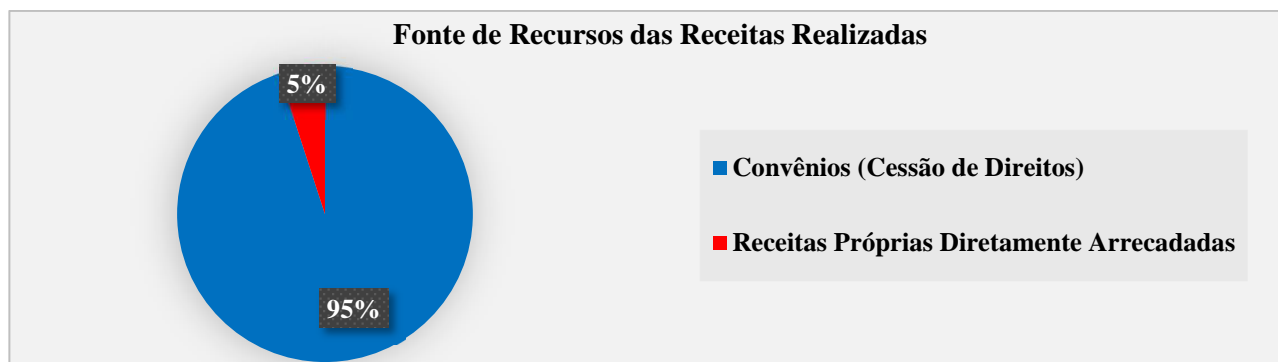
O TRT da 15ª Região é Unidade Orçamentária integrante do Orçamento da União. As movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo, desta forma, a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS)

Houve um excesso de arrecadação de receita de 0,92% em 2022, na Unidade Orçamentária – 15116 – TRT da 15ª Região.



A arrecadação por Fonte de Recursos ocorreu na seguinte proporção.





**FONTE DE RECURSOS 170 – REC.PROP. PRIM. APLIC.ESPEC. - TRT15
 (CONVÊNIOS - CESSÃO DE DIREITOS)**

O valor registrado a título de Receita Patrimonial refere-se a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios (Cessão de Direitos) com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Neste contexto a Previsão da Receita para 2022 é registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2022 no total de recursos de fonte 170, enquanto a Realização das Receitas é contabilizada na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

De acordo com as orientações contidas nas Mensagens SEOFI/CSJT nº 004/2019 e CFIN/CSJT nº 027/2017, no início de 2022 este Regional registrou suas dotações na fonte 170 na conta do Ativo de Créditos a Receber (1.1.3.8.1.19.00) limitado aos créditos consignados na LOA/2022, e durante o ano esse direito foi amortizado a cada sub-repasse recebido da Setorial a esse título. Assim, as receitas destes Recursos de Convênios constam, devidamente previstas e realizadas, como Cessão de Direitos no Balanço Orçamentário do TRT da 15ª da Região. A seguir, a arrecadação por recolhedor em comparação com o exercício de 2021.

Em R\$

Origem	Recolhedor	2022	2021	Variação	
				%	Absoluta
CESSÃO DE DIREITOS	BANCO DO BRASIL SA	8.325.610,00	6.020.488,00	38,29%	2.305.122,00
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9.735.854,00	12.040.976,00	-19,14%	-2.305.122,00
TOTAL		18.061.464,00	18.061.464,00	0,00%	0,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



FONTE DE RECURSOS 150 – RECEITAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS

Em R\$

Origem	2022	2021	Variação	
			%	Absoluta
RECEITA PATRIMONIAL	521.171,20	708.753,99	-26,47%	-187.582,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	458.274,01	490.382,53	-6,55%	-32.108,52
Total	979.445,21	1.199.136,52	-18,32%	-219.691,31

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Receita Patrimonial, R\$ 521.171,20, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa celebrados (Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo CP 0499/2017 – Banco do Brasil, Processos CP 359/2013 e PROAD 18958/2022 – Associações de Advogados Trabalhistas e Processo 0090000-60.2008-5.15.0895 PA – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP) em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total de R\$ 458.274,01, contabilizado a título de Outras Receitas Correntes, refere-se a restituições originárias de acordos celebrados com prefeituras, para reembolsos de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios.

NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região créditos orçamentários no montante de R\$ 1,837 bilhão, que somados aos créditos adicionais suplementares e deduzidos os cancelamentos, totalizou R\$ 1,931 bilhão, constituindo a Dotação Atualizada líquida do exercício.



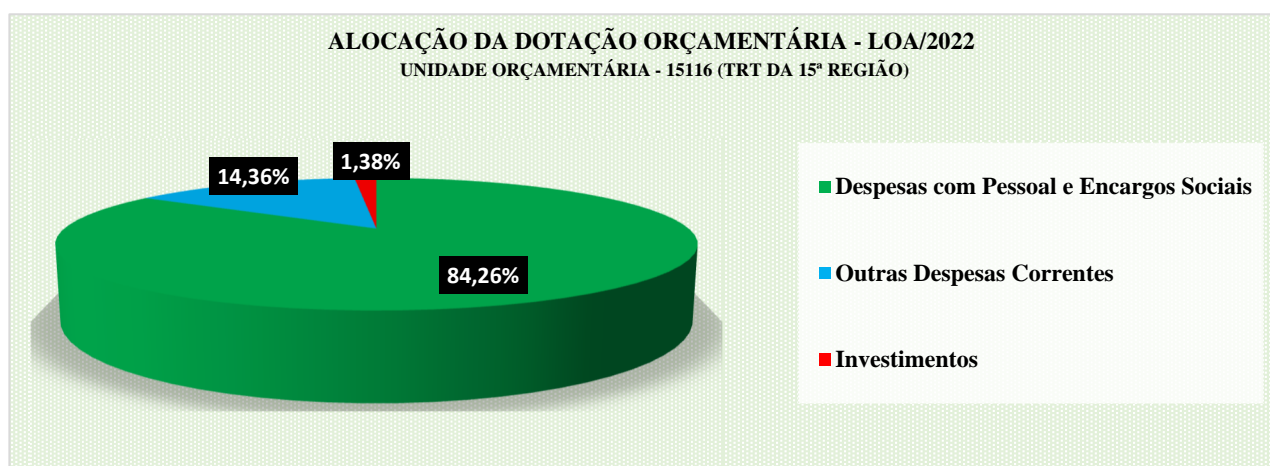
O Tribunal também recebeu, além dos recursos da LOA, cerca de R\$ 10,2 milhões mediante Descentralizações Internas e Externas.

O total autorizado (LOA, Provisão e Destaque de Crédito) foi disponibilizado da seguinte maneira:

EXERCÍCIO	2022				2021				VARIÇÃO ENTRE TOTAIS
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	
DOTAÇÃO INICIAL	1.540.247.448,00	295.799.875,00	612.885,00	1.836.660.208,00	1.509.325.636,00	245.282.661,00	3.120.728,00	1.757.729.025,00	4,49%
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	102.950.909,00	5.412.428,00	9.637.000,00	118.000.337,00	36.401.120,00	6.834.338,00	0,00	43.235.458,00	172,92%
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	-16.400.000,00	-24.000.000,00	16.500.000,00	-23.900.000,00	-331.670,00	-47.850.588,00	0,00	-48.182.258,00	-50,40%
DOTAÇÃO ATUALIZADA (LOA)	1.626.798.357,00	277.212.303,00	26.749.885,00	1.930.760.545,00	1.545.395.086,00	204.266.411,00	3.120.728,00	1.752.782.225,00	10,15%
PROVISAO	7.163.846,60	28.037,40	0,00	7.191.884,00	5.275.573,54	125.377,33	0,00	5.400.950,87	33,16%
DESTAQUE DE CRÉDITO	2.987.808,00	0,00	0,00	2.987.808,00	7.456.499,00	0,00	0,00	7.456.499,00	-59,93%
DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZAÇÕES	1.636.950.011,60	277.240.340,40	26.749.885,00	1.940.940.237,00	1.558.127.158,54	204.391.788,33	3.120.728,00	1.765.639.674,87	9,93%

Fonte: Tesouro Gerencial

Da Dotação Atualizada consignada na LOA/2022 (R\$ 1,931 bilhão), cerca de 84,26% (R\$ 1,627 bilhão) corresponde a despesa de Pessoal e Encargos Sociais.



A variação de R\$ 104.280.029,00 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2022, decorreu de dotações suplementares e de créditos recebidos por descentralizações internas e externas, e adequação do orçamento às demandas de despesas apresentadas para o exercício. Segue quadro com os totais movimentados:



Créditos Adicionais e Movimentações de Créditos

CRÉDITOS ADICIONAIS	Saldo - R\$
DOTACAO SUPLEMENTAR	118.000.337,00
DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	(23.900.000,00)
TOTAL	94.100.337,00

MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	Saldo - R\$
PROVISAO RECEBIDA	7.191.884,00
DESTAQUE RECEBIDO	2.987.808,00
TOTAL	10.179.692,00

Fonte: Tesouro Gerencial

O demonstrativo seguinte apresenta os Créditos Adicionais recebidos e as Dotações Canceladas e Remanejadas por Programas de Trabalho.

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	SALDO - R\$
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	58.991.819,00	0,00	58.991.819,00
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	2.168.879,00	0,00	2.168.879,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	41.790.211,00	(16.400.000,00)	25.390.211,00
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0,00	(300.000,00)	(300.000,00)
AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS	0,00	(262.523,00)	(262.523,00)
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	3.958.792,00	700.000,00	4.658.792,00
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0,00	(137.477,00)	(137.477,00)
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	0,00	(6.500.000,00)	(6.500.000,00)
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS - CUSTEIO	443.700,00	(17.083.487,00)	(16.639.787,00)
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - CUSTEIO	950.096,00	0,00	950.096,00
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	(249.444,00)	(249.444,00)
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	0,00	(167.069,00)	(167.069,00)
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	59.840,00	0,00	59.840,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS - INVESTIMENTO	5.500.000,00	16.641.986,00	22.141.986,00
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - INVESTIMENTO	4.137.000,00	(141.986,00)	3.995.014,00
TOTAL	118.000.337,00	(23.900.000,00)	94.100.337,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



Os atos autorizativos de créditos no exercício de 2022 foram os seguintes:

Instrumento Legal	Número	Data	Complemento	Documentos SIAFI
Lei	14194	20-ago-21	LDO/2022 - Publicada no DOU em 23/08/2021	2022ND800001/2022ND800002/2022ND800003 2022ND800004/2022ND800005/2022ND800006 2022ND800007/2022ND800008/2022ND800009
Lei	14303	21-jan-22	LOA/2022 - Publicada no DOU em 24/01/2022	2022ND800019/2022ND800020/2022ND800021
Ato Conjunto TST.CSJT	10	15-fev-22	Publicada no DOU em 18/02/2022	Limite de pagamento de despesas primárias a serem observados no exercício de 2022
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	44	05-abr-22	Publicada no DOU em 08/04/2022	2022ND800026
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	42	05-abr-22	Publicada no DOU em 08/04/2022	2022ND800025
Portaria SOF/ME	6257	13-jul-22	Publicada no DOU em 14/07/2022	2022ND800031
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	61	02-set-22	Publicada no DOU em 05/09/2022	2022ND800032
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	145	26-set-22	Publicada no DOU em 27/09/2022	2022ND800035/2022ND800036/2022ND800037
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	153	30-set-22	Publicada no DOU em 03/10/2022	2022ND800038
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	155	06-out-22	Publicada no DOU em 10/10/2022	2022ND800039
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	201	05-dez-22	Publicada no DOU em 06/12/2022	2022ND800043
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	93	15-dez-22	Publicada no DOU em 16/12/2022	2022ND800045
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	92	15-dez-22	Publicada no DOU em 16/12/2022	2022ND800044
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	205	15-dez-22	Publicada no DOU em 16/12/2022	2022ND800046

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

A seguir, as Descentralizações recebidas por Unidades Orçamentárias e Planos Orçamentários e a sua execução.

Descentralizações Internas (Provisão)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA DE DESPESA		SALDO – R\$
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	TRABALHO SEGURO	339030	MATERIAL DE CONSUMO	4.374,00
	COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	339030	MATERIAL DE CONSUMO	23.663,40
	TOTAL			28.037,40
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO - SENTENCAS JUDICIAIS	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	319000	APLICACOES DIRETAS	7.163.846,60
	TOTAL			7.163.846,60
TOTAL				7.191.884,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Descentralizações externas (Destaque de Crédito)

NATUREZA DE DESPESA		PLANO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		SALDO - R\$
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	PRECATORIOS	26280	FUNDAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	212.821,00
			71103	ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS	2.774.987,00
			TOTAL		2.987.808,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



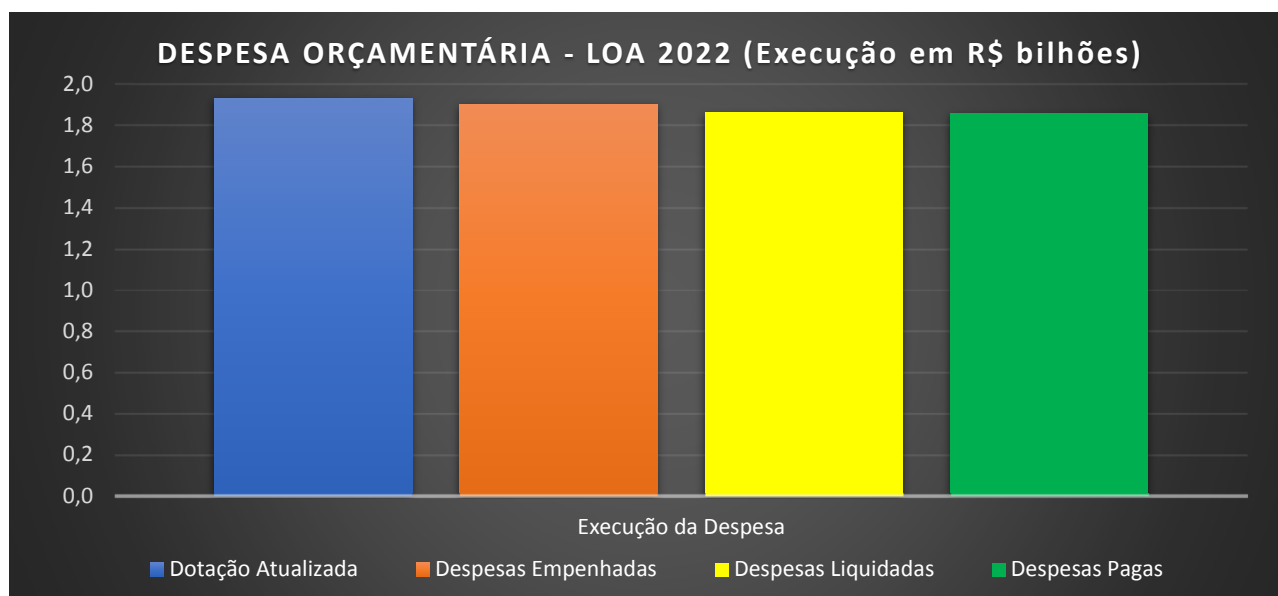
As Provisões foram para atender aos Programas de Trabalho Seguro, de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e aos pagamentos de Requisições de Pequeno Valor. Já os Destaques de Crédito foram para pagamentos de Precatórios. A seguir, o demonstrativo da execução das descentralizações.

PROVISÃO	RECEBIDA	EXECUTADA	% EXECUÇÃO
Trabalho Seguro	R\$ 4.374,00	R\$ 4.374,00	100%
Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem	R\$ 23.663,40	R\$ 0,00	0,00%
Requisições de Pequeno Valor	R\$ 7.163.846,60	R\$ 7.163.846,60	100%
TOTAL	R\$ 7.191.884,00	R\$ 7.168.220,60	99,67%
DESTAQUE DE CRÉDITO	RECEBIDO	EXECUTADO	% EXECUÇÃO
Precatórios - administração direta	R\$ 2.774.987,00	R\$ 2.774.808,20	99,99%
Precatórios - administração indireta	R\$ 212.821,00	R\$ 212.820,45	100%
TOTAL	R\$ 2.987.808,00	R\$ 2.987.628,65	99,99%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando que as Notas Explicativas se referem aos valores constantes das Demonstrações Contábeis, após a explanação sobre os valores Descentralizados recebidos, a análise da execução da despesa orçamentária será restrita à Dotação da LOA/2022, destinada diretamente ao TRT da 15ª Região. O gráfico a seguir evidencia a execução quase total do orçamento autorizado.





A Dotação Orçamentária foi destinada aos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais: Outros Encargos Sociais. A execução da despesa orçamentária está representada a seguir.

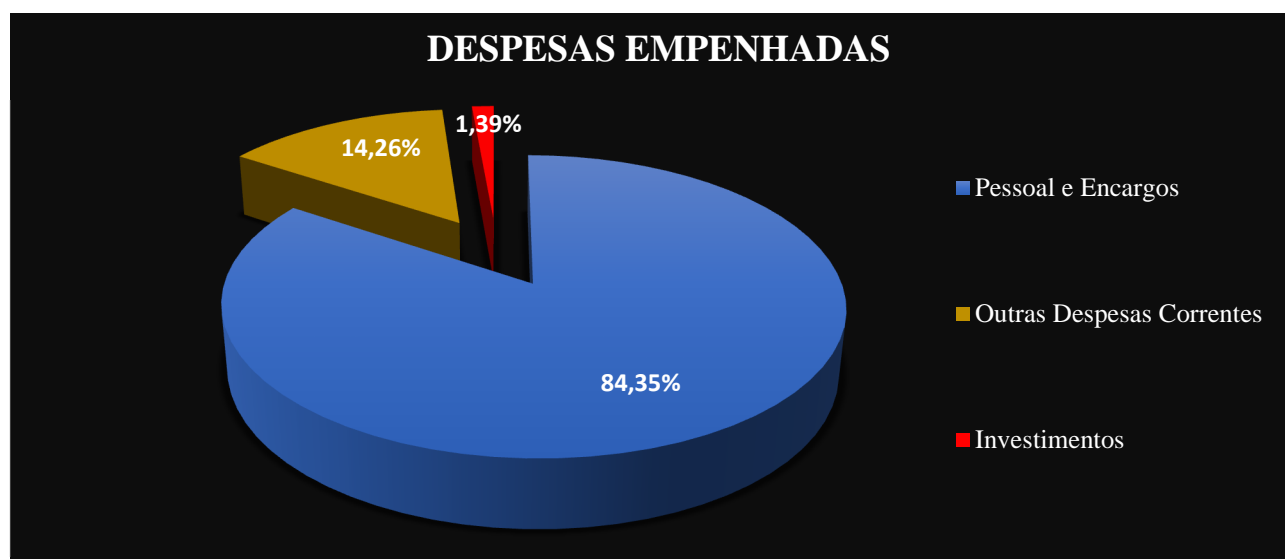
PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2022)							Em R\$
	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS						
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS		
(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)		
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	1.930.760.533,00	1.903.422.077,54	98,58%	1.860.289.968,16	96,35%	1.858.416.816,39	96,25%	
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	12,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
TOTAL	1.930.760.545,00	1.903.422.077,54	98,58%	1.860.289.968,16	96,35%	1.858.416.816,39	96,25%	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

DESPESAS EMPENHADAS

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. (MCASP 9ª Edição, pág. 110)

Do total dos créditos autorizados na LOA/2022 foram empenhados cerca de R\$ 1,903 bilhão. O gráfico a seguir demonstra os percentuais empenhados por Grupo de Despesa.

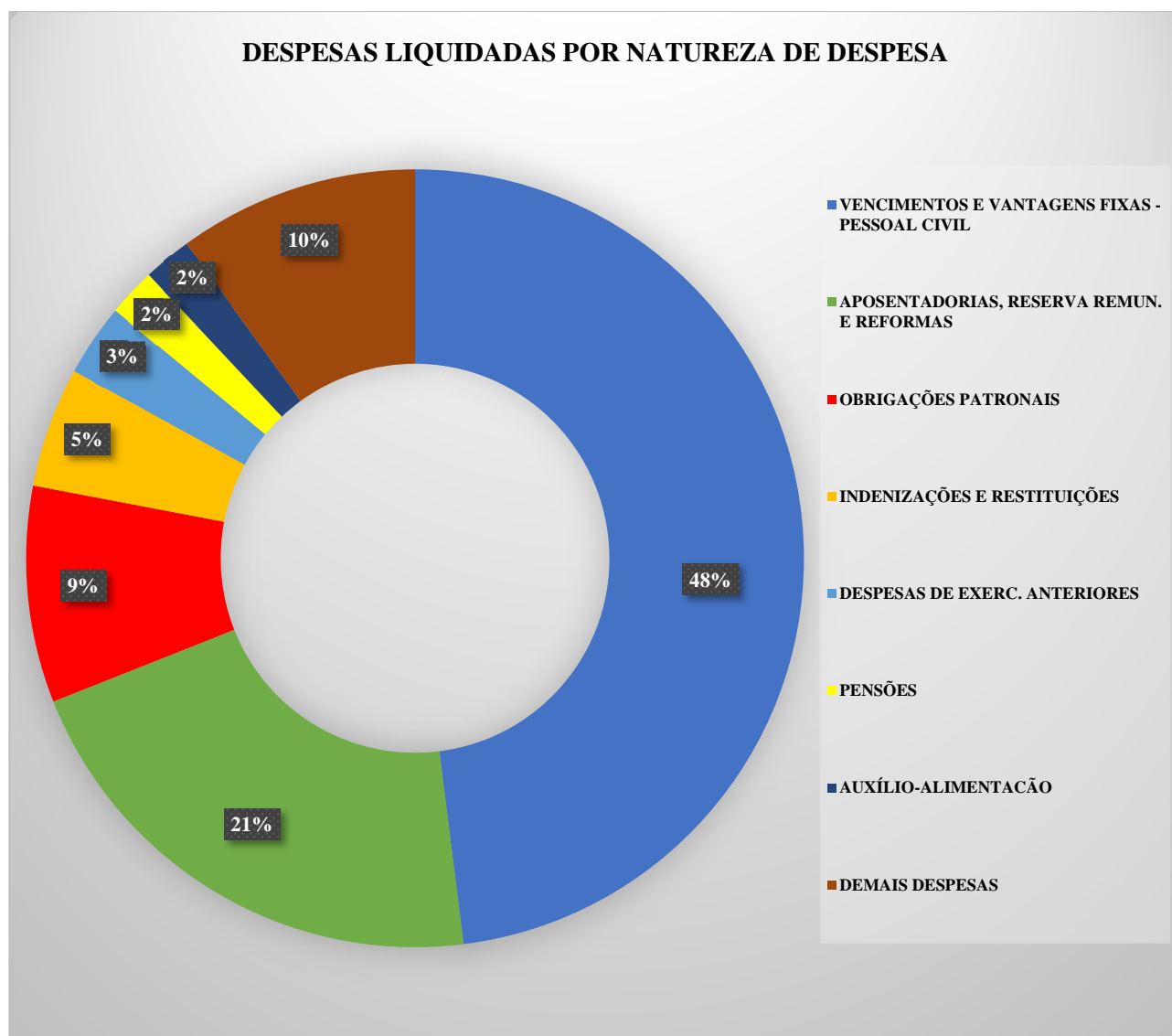




DESPESAS LIQUIDADAS

Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (MCASP 9ª Edição, pág. 110)

Do total dos créditos empenhados, foram liquidados 97,73%, cerca de R\$ 1,860 bilhão. Segue gráfico dos créditos liquidados por Natureza de Despesa.



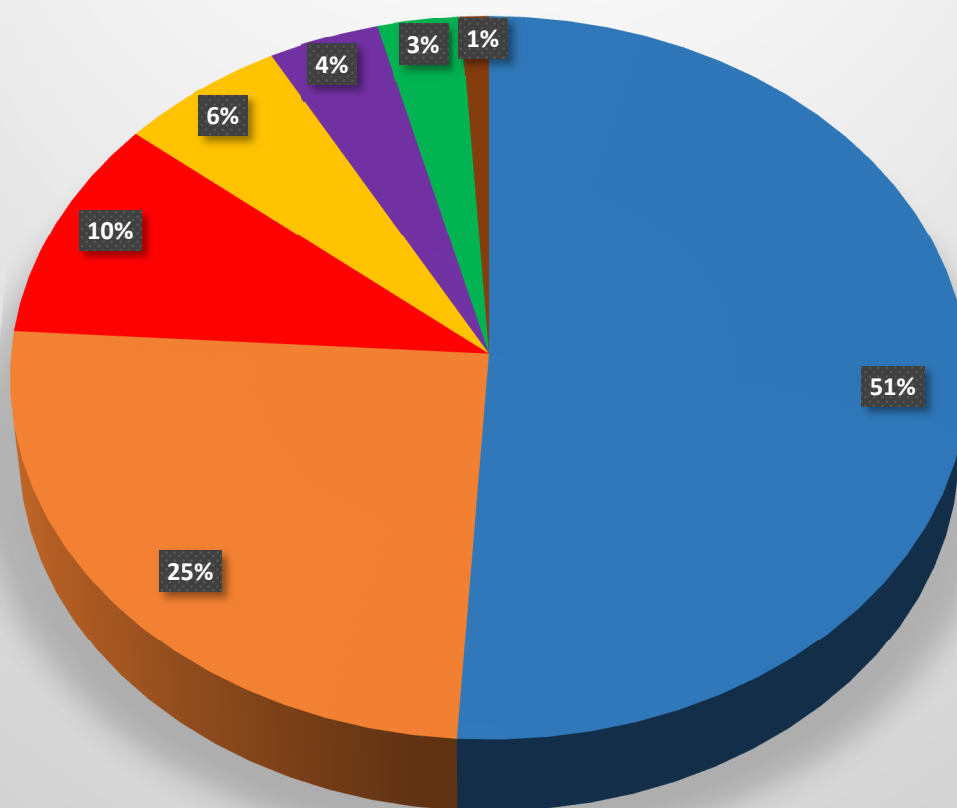
Pela análise gráfica constata-se que as remunerações de Pessoal Ativo e Inativo, Pensões e Encargos Patronais equivalem a 80% dos créditos liquidados.



DESPESAS PAGAS

Do total dos créditos liquidados, foram pagos 99,90% (R\$ 1,858 bilhão). Segue percentual de distribuição dos pagamentos realizados por Ação de Governo.

DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO



- ATIVOS CIVIS DA UNIÃO
- APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO
- CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
- ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS
- BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS
- ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES



QUADRO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO DE GOVERNO CONSIGNADA NA LOA/2022

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA/2022

Em R\$

AÇÃO DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS		(E)	(E)/(A)
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)		
(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)	(E)	(E)/(A)	
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIAO	473.558.213,00	473.312.749,82	99,95%	466.296.270,90	98,47%	466.296.270,90	98,47%	7.016.478,92	1,48%
BENEFICIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTACOES DE APOSENTADORIA	12,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES	195.087.665,00	175.386.944,09	89,90%	175.336.944,09	89,88%	175.336.944,09	89,88%	50.000,00	0,03%
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS	83.278.102,00	80.716.593,25	96,92%	80.346.092,93	96,48%	80.346.092,93	96,48%	370.500,32	0,44%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	958.152.467,00	956.758.192,40	99,85%	947.595.430,76	98,90%	947.512.992,28	98,89%	9.245.200,12	0,96%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	50.915.105,00	50.828.893,96	99,83%	50.271.605,15	98,74%	50.271.605,15	98,74%	557.288,81	1,09%
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA	130,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	21.000.000,00	21.000.000,00	100,00%	20.774.858,50	98,93%	20.289.654,07	96,62%	710.345,93	3,38%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	148.766.851,00	145.418.704,02	97,75%	119.668.765,83	80,44%	118.363.256,97	79,56%	27.055.447,05	18,19%
TOTAL	1.930.760.545,00	1.903.422.077,54	98,58%	1.860.289.968,16	96,35%	1.858.416.816,39	96,25%	45.005.261,15	2,33%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Ação de Governo Apreciação de Causas na Justiça no Trabalho possui 5 (cinco) Planos Orçamentários, tendo sua execução da despesa assim constituída:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	135.149.336,00	132.809.854,14	112.626.100,44	111.322.024,57
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVIÇ. E SISTEMAS DE TEC. DA INFORMACAO	12.523.764,00	11.653.071,02	6.095.448,12	6.095.448,12
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	601.765,00	551.839,90	551.839,90	551.549,50
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	432.146,00	395.377,37	395.377,37	394.234,78
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	59.840,00	8.561,59	0,00	0,00
TOTAL	148.766.851,00	145.418.704,02	119.668.765,83	118.363.256,97

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



Os Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis englobam os seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVI. CIVIS	5.701.631,00	5.630.419,35	5.628.919,35	5.628.919,35
AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS	50.000,00	35.000,61	32.000,61	32.000,61
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	44.782.399,00	44.782.399,00	44.302.326,61	44.302.326,61
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	381.075,00	381.075,00	308.358,58	308.358,58
TOTAL	50.915.105,00	50.828.893,96	50.271.605,15	50.271.605,15

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DA ESCOLA JUDICIAL

A Escola Judicial é a Unidade Gestora Responsável (UGR 080045) pela gestão dos Planos Orçamentários de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e de Capacitação de Recursos Humanos, além de uma pequena parcela do Plano Orçamentário de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas, conforme a seguir.

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	678.765,71	554.017,71	547.657,89	547.657,89
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	601.765,00	551.839,90	551.839,90	551.549,50
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	432.146,00	395.377,37	395.377,37	394.234,78
TOTAL	1.712.676,71	1.501.234,98	1.494.875,16	1.493.442,17

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

RESUMO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Segue resumo comparativo da execução da despesa em relação a 2021, evidenciando os valores empenhados, pagos e os inscritos em restos a pagar.

EXECUÇÃO DA DESPESA	2022	2021	VARIACÃO	
			R\$	%
DESPESAS EMPENHADAS	1.903.422.077,54	1.743.531.326,95	159.890.750,59	9,17%
DESPESAS PAGAS	1.858.416.816,39	1.715.736.918,54	142.679.897,85	8,32%
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	45.005.261,15	27.794.408,41	17.210.852,74	61,92%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



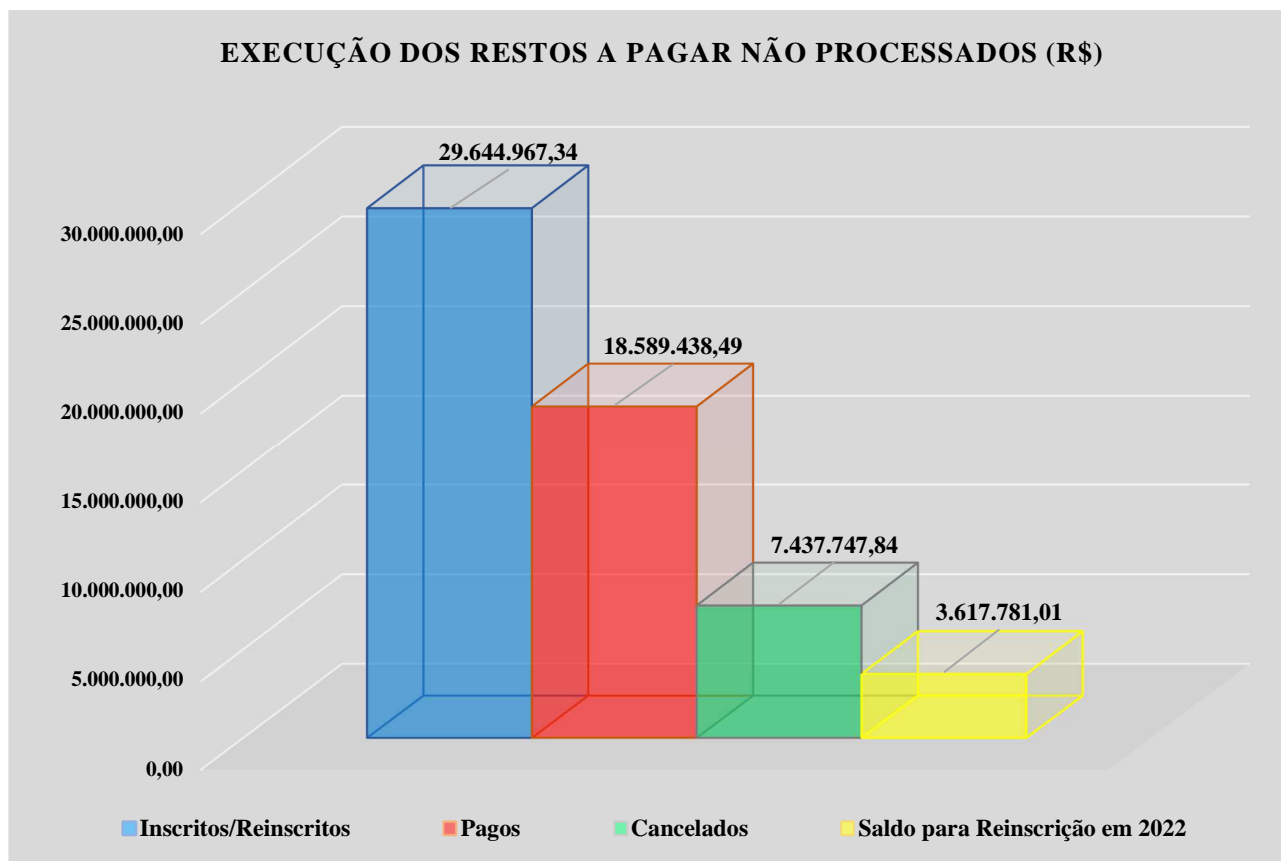
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

No final de 2021 foram inscritos e reinscritos R\$ 30.234.839,77 em restos a pagar, conforme a seguir.



Os Restos a Pagar Não Processados totalizaram 98% do montante inscrito, e sua execução em 2022 é demonstrada a seguir.

NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS





Do total de R\$ 29,6 milhões inscritos/reinscritos, cerca de 63% (R\$ 18,6 milhões) foram liquidados e pagos, 25% (R\$ 7,4 milhões) foram cancelados e os 12% (R\$ 3,6 milhões) restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	INSCRITOS/ REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/ EXECUTAR	EXECUÇÃO		SALDO A PAGAR
				PAGOS	%	
(A)	(B)	(B) / (A)				
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	432.287,61	0,00	432.287,61	137.777,63	31,87%	294.509,98
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVIDENC. DOS SERVIDORES	73.616,28	28.616,28	45.000,00	44.932,71	99,85%	67,29
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOG. AOS SERVIDORES	196.280,07	147.259,82	49.020,25	49.020,25	100,00%	0,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	8.609.636,73	105.381,51	8.504.255,22	7.720.172,93	90,78%	784.082,29
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	5.150.245,07	165.663,94	4.984.581,13	4.366.081,98	87,59%	618.499,15
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	1.664.512,10	1.601.837,71	62.674,39	61.634,90	98,34%	1.039,49
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	12.338.390,48	5.388.988,58	6.949.401,90	6.209.818,09	89,36%	739.583,81
BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	1.179.999,00	0,00	1.179.999,00	0,00	0,00%	1.179.999,00
TOTAL	29.644.967,34	7.437.747,84	22.207.219,50	18.589.438,49	83,71%	3.617.781,01

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Foram inscritos/reinscritos R\$ 589.872,43 em Restos a Pagar Processados. Desse total, 85% foram pagos e os 15% restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
	INSCRITOS/ REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/ EXECUTAR	EXECUÇÃO		SALDO A PAGAR
				PAGOS	%	
(A)	(B)	(B) / (A)				
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	5.388,49	0,00	5.388,49	2.185,88	40,57%	3.202,61
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	584.483,94	0,00	584.483,94	500.150,43	85,57%	84.333,51
TOTAL	589.872,43	0,00	589.872,43	502.336,31	85,16%	87.536,12

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

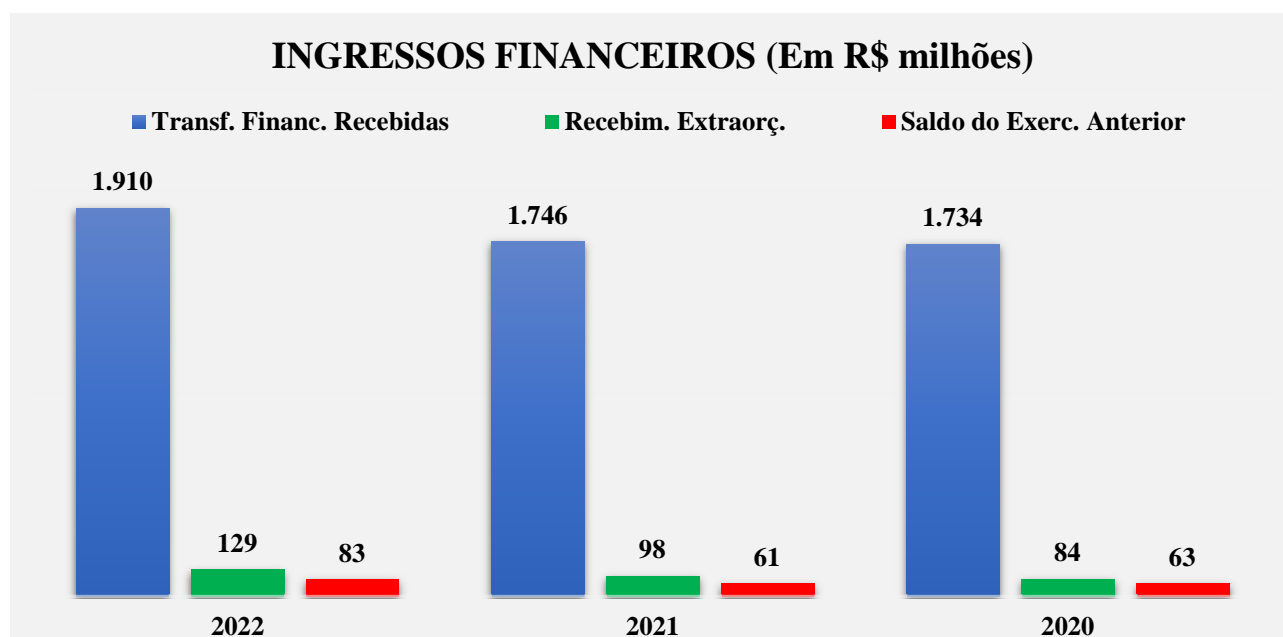
O Balanço Financeiro demonstra os Ingressos e Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

NE 5 - INGRESSOS

As Transferências Financeiras Recebidas em 2022 contabilizaram R\$ 1,910 bilhão, sendo: R\$ 1,908 bilhão resultantes da execução orçamentária, mediante sub-repasses; e R\$ 1,9 milhão independentes da execução orçamentária.

Os Recebimentos Extraorçamentários somaram R\$ 129,5 milhões, destacando-se nesse montante a Receita Arrecadada de R\$ 84,3 milhões e os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2022 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 1,9 milhão e R\$ 43,2 milhões, respectivamente.

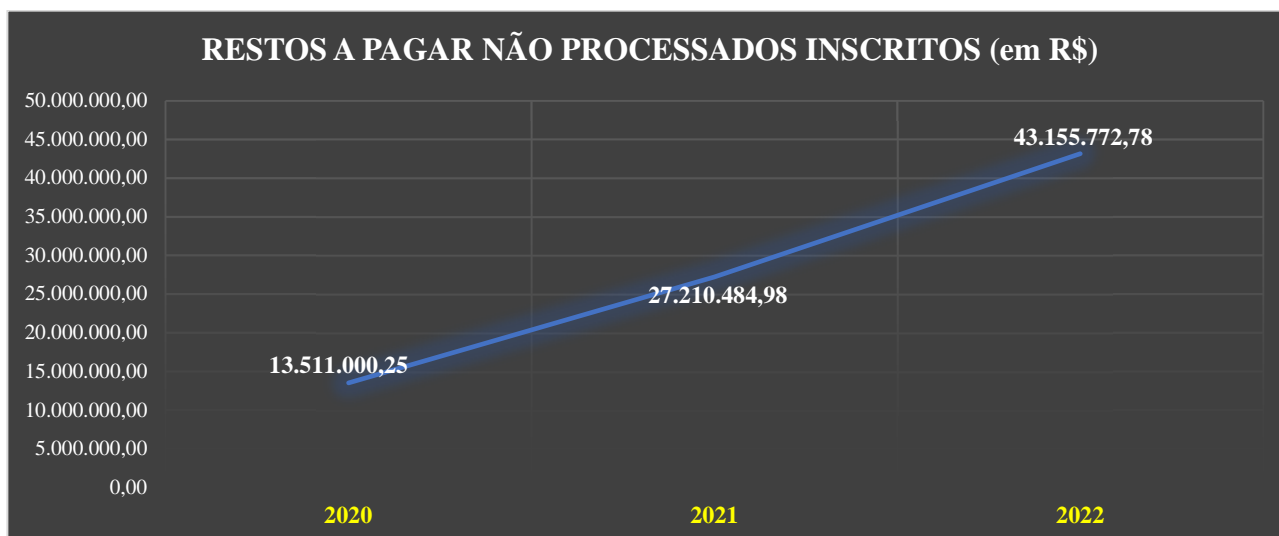
A seguir, o gráfico comparativo dos Ingressos Financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.





INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado em 2022, R\$ 43.155.772,78, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



A porcentagem dos valores inscritos em restos a pagar não processados em relação ao crédito empenhado foi de 2,27%, em 2022. Do total inscrito, 38,93% são Outras Despesas Correntes, 37,61% são despesas com Pessoal e Encargos Sociais, e 23,46% são de Investimentos. A seguir, tem-se a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa e segregados em Restos a Pagar Não Processados A Liquidar e Em Liquidação.

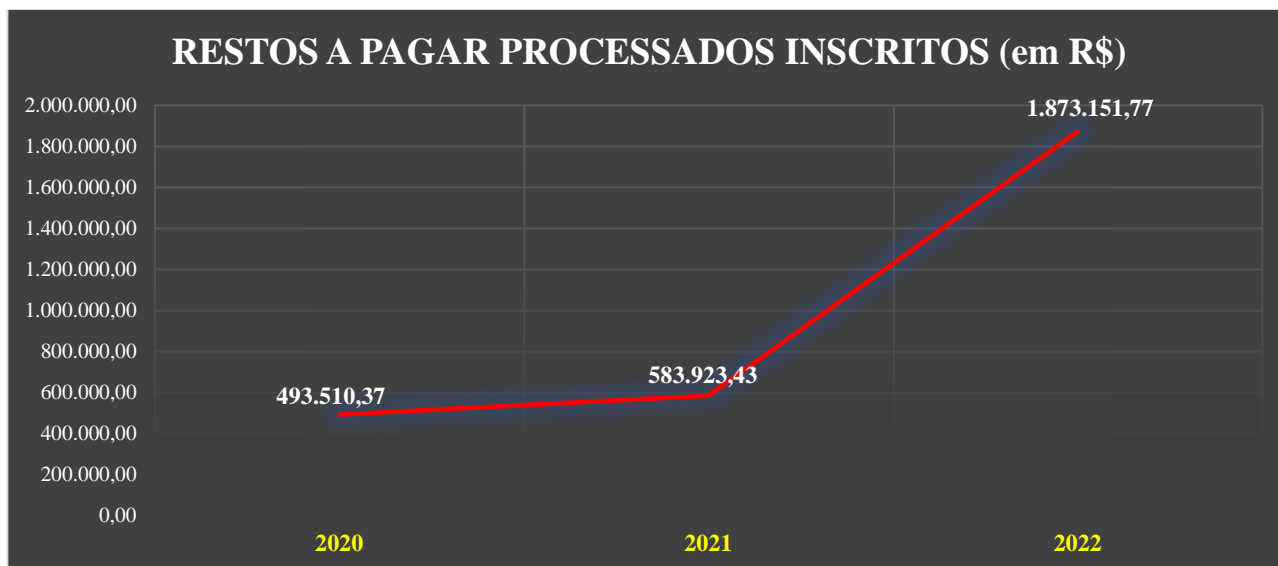
GRUPO DE DESPESA	RP NAO PROCESSADOS		TOTAL	COMPOSIÇÃO
	A LIQUIDAR	EM LIQUIDAÇÃO	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.129.980,73	12.099.259,83	16.229.240,56	37,61%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.563.962,78	4.236.977,34	16.800.940,12	38,93%
INVESTIMENTOS	10.125.592,10	0,00	10.125.592,10	23,46%
TOTAL	26.819.535,61	16.336.237,17	43.155.772,78	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1,860 bilhão, o saldo de R\$ 1.873.151,77 foi inscrito em restos a pagar processados. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



O quadro a seguir apresenta a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa.

GRUPO DE DESPESA	RP PROCESSADOS	
	INSCRIÇÃO R\$	COMPOSIÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.438,48	4,40%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.193.332,99	63,71%
INVESTIMENTOS	597.380,30	31,89%
TOTAL	1.873.151,77	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



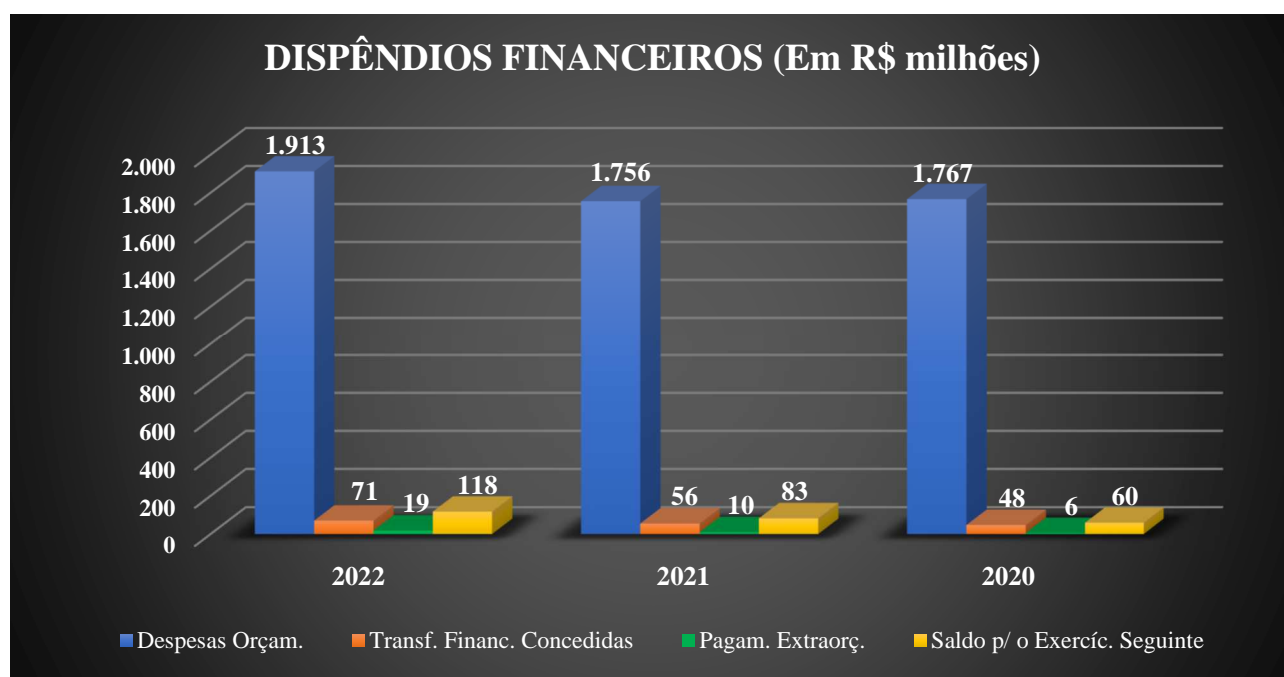
NE 6 - DISPÊNDIOS

As despesas orçamentárias somaram cerca de R\$ 1,914 bilhão, sendo que 77% foram ordinárias (R\$ 1,467 bilhão), e 23% vinculadas à Seguridade e à Previdência Social e outros recursos vinculados (R\$ 446,5 milhões).

As transferências financeiras concedidas somaram R\$ 71 milhões, sendo que a maior parte são independentes da execução orçamentária, R\$ 67 milhões referem-se, sobretudo, às receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 4 milhões são relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamentos de Restos a Pagar e demais transferências concedidas.

As despesas extraorçamentárias (R\$ 19,3 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2022 a título de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos no exercício anterior, além de depósitos restituíveis e valores vinculados.

A seguir, o gráfico comparativo dos dispêndios financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.



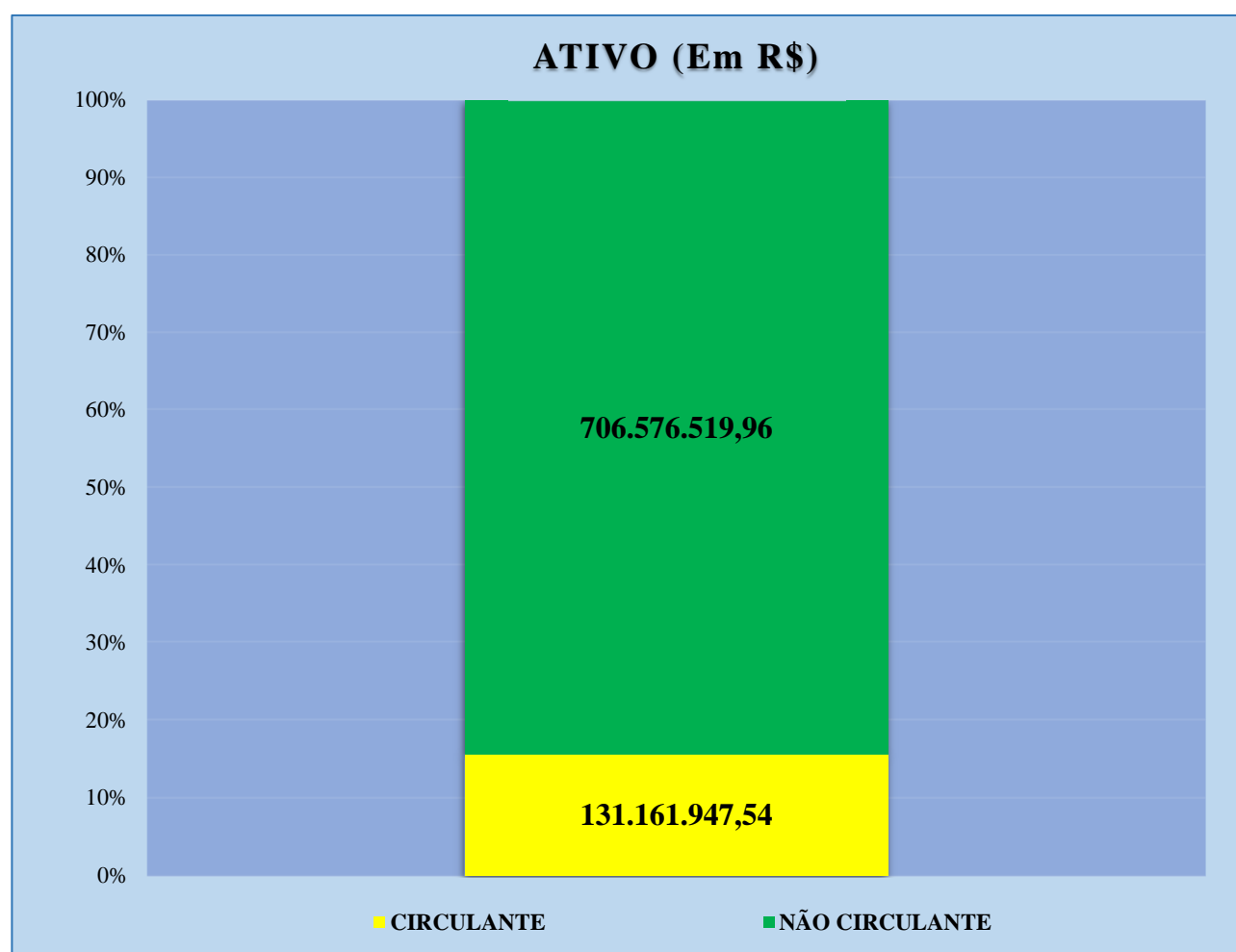


NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

ATIVO

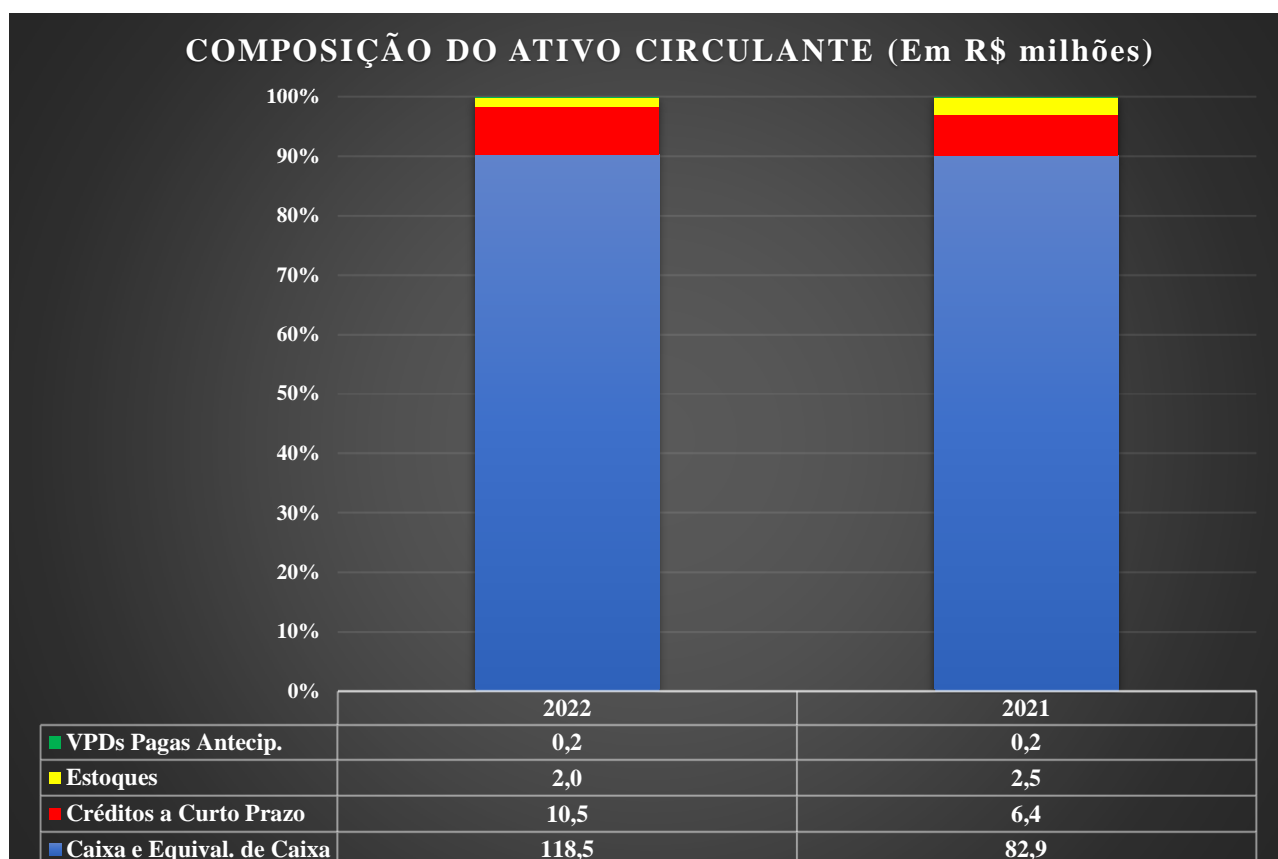
O Ativo somou R\$ 837,7 milhões, sendo que o Não Circulante, ou seja, aquele que possui expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, representa 84% do total, conforme pode-se verificar, a seguir.





NE 7 – ATIVO CIRCULANTE

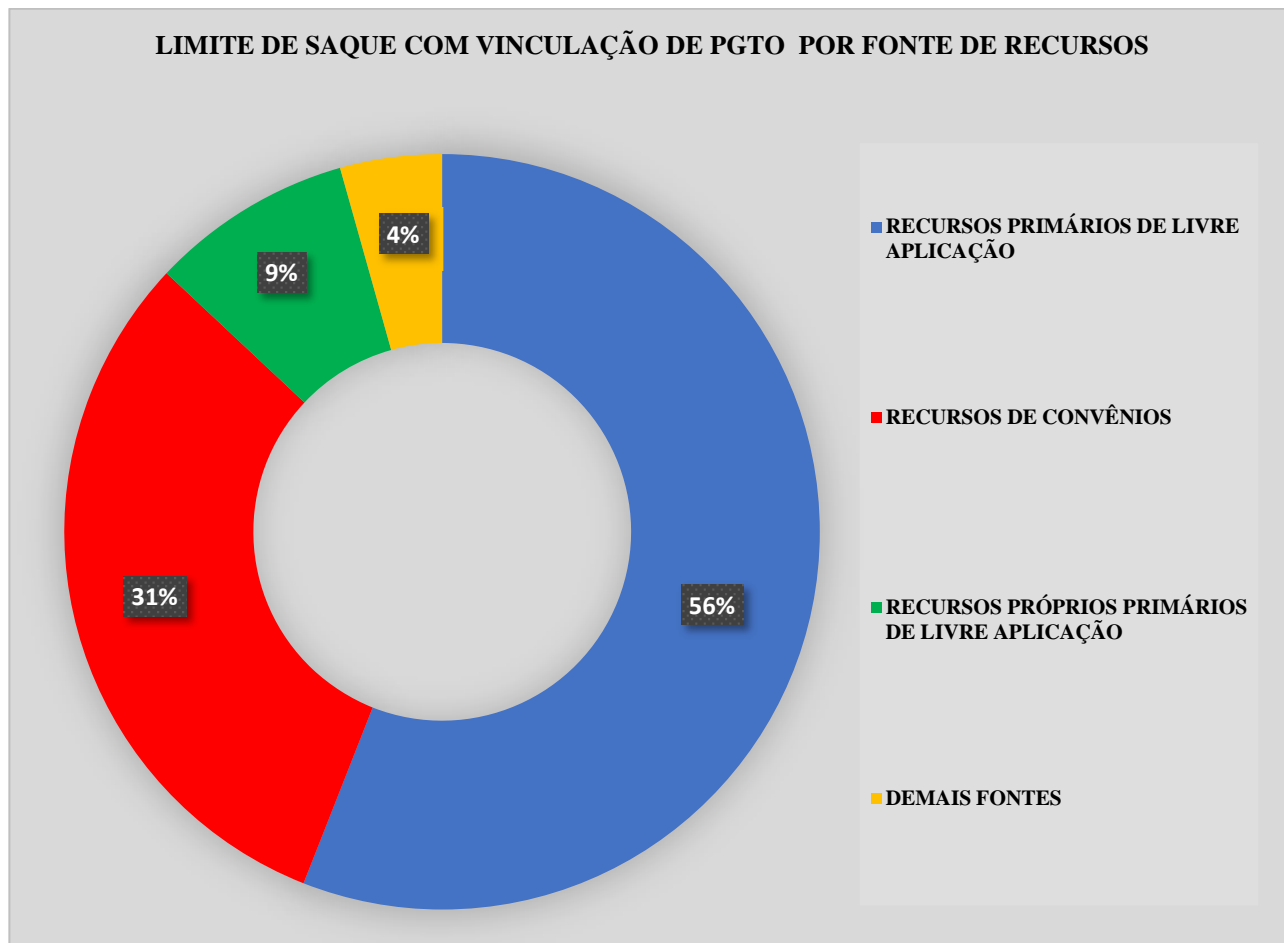
O Ativo Circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis. A seguir, é possível verificar a composição do Circulante em 2022, que somou R\$ 131.161.947,54, em comparação com o exercício anterior.



Constata-se, mediante análise gráfica, que 90% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 118.497.984,16, sendo que destes, 99,95% (R\$ 118.437.619,19) dizem respeito ao saldo das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da conta única do Tesouro Nacional, conforme Programação Financeira, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2023, inscritas como Restos a Pagar no final de 2022. O restante de Caixa e Equivalentes corresponde a depósitos restituíveis recebidos a título de Cauções (R\$ 60.364,97).



Segue gráfico com a composição do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos.



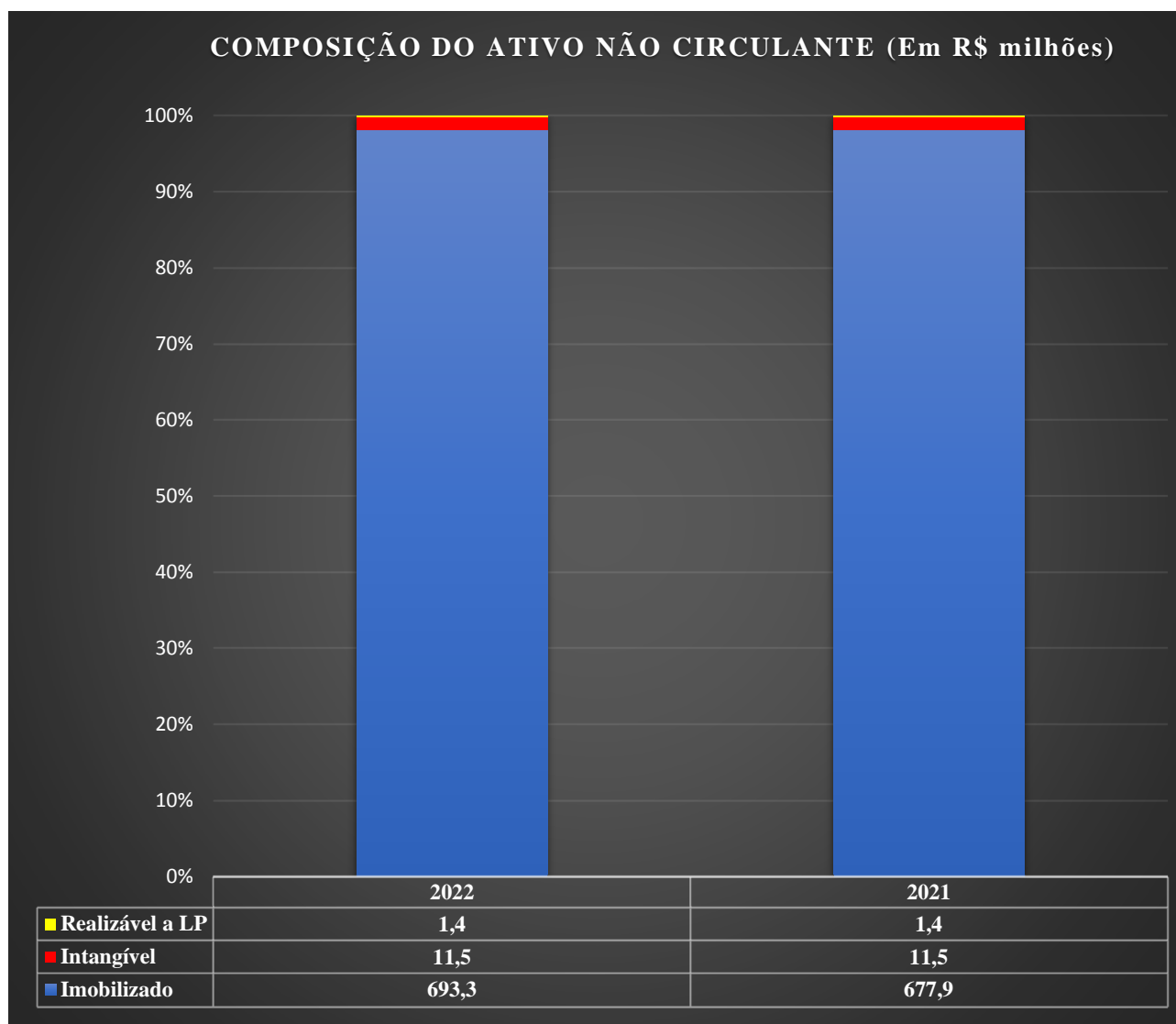
Os recursos de Convênios (R\$ 36,7 milhões), os Primários (R\$ 66,3 milhões) e os Próprios de Livre Aplicação (R\$ 10,3 milhões) correspondem juntos a 96% do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

Os Créditos a Curto Prazo são adiantamentos de salários, de gratificações natalinas e demais créditos decorrentes da folha de pagamento. Os Estoques correspondem aos materiais de consumo em Almoxarifado. Por fim, as Despesas Pagas Antecipadamente correspondem às assinaturas e anuidades, além de prêmios de seguros a apropriar.



NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, e soma R\$ 706.576.519,96, constituído por Créditos Realizáveis a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, conforme segue discriminado.



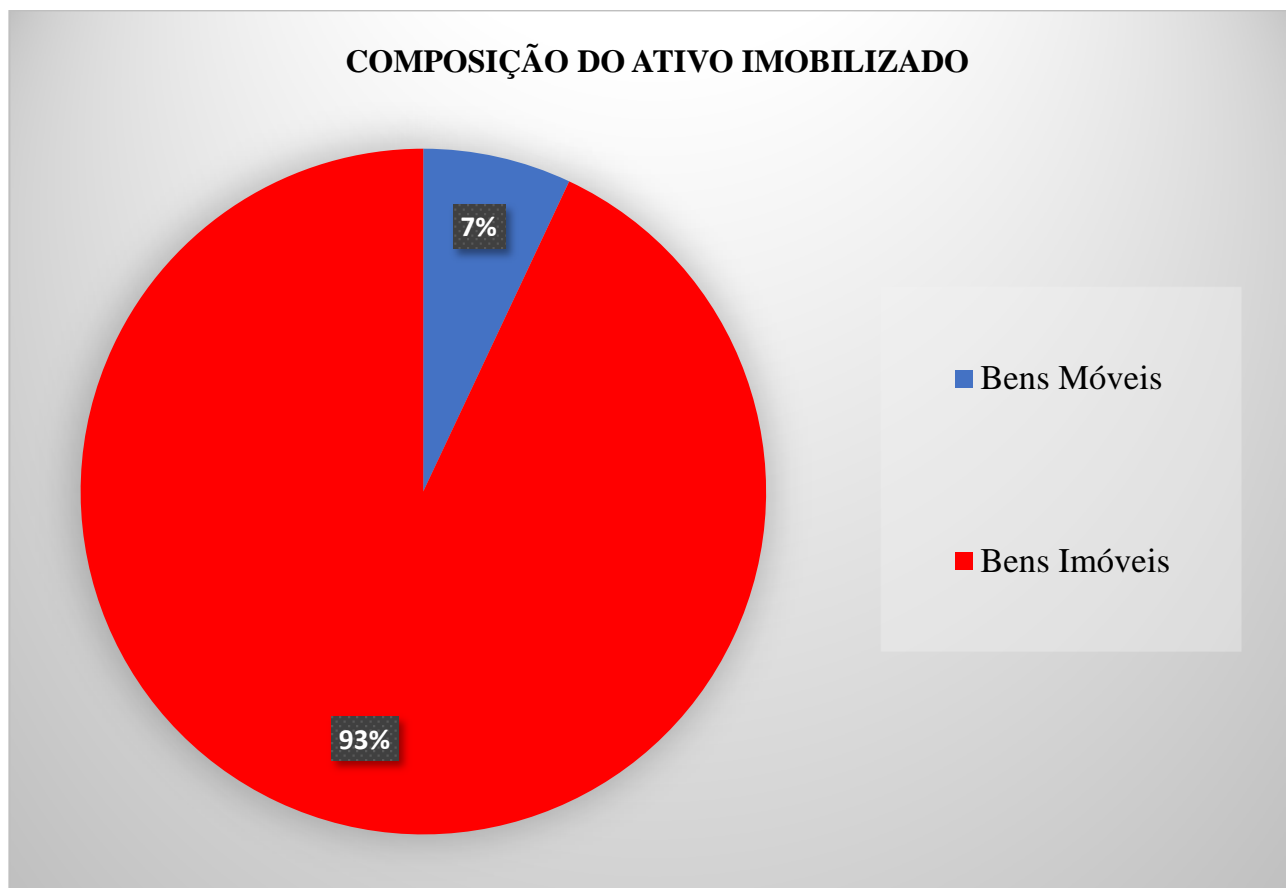
Quase a totalidade do Ativo Não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 98% do grupo, o equivalente a R\$ 693.278.679,18. Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade.



Os Intangíveis são compostos por Softwares, sendo R\$ 229.899,90 com vida útil definida, e a maior parte, R\$ 11.901.635,02, com vida útil indefinida, ou seja, com licenças perpétuas de uso, ou com prazos indefinidos. Os Intangíveis com vida útil definida possuem amortização acumulada de R\$ 182.004,04.

Por fim, os Créditos Realizáveis a Longo Prazo referem-se ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior de Trabalho – TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Funpresp-Jud (Previdência Complementar), em cumprimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN N° 21/2015, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT_N ° 040/2015 e Mensagem SIAFI 2019/1138678 de 22/10/2019, R\$ 1.241.235,28, e o restante são adiantamentos concedidos a pessoal, encaminhados para inscrição em dívida ativa, que somam R\$ 107.074,62.

O Ativo Imobilizado é segregado em Bens Móveis e Imóveis, conforme a seguir:





BENS MÓVEIS

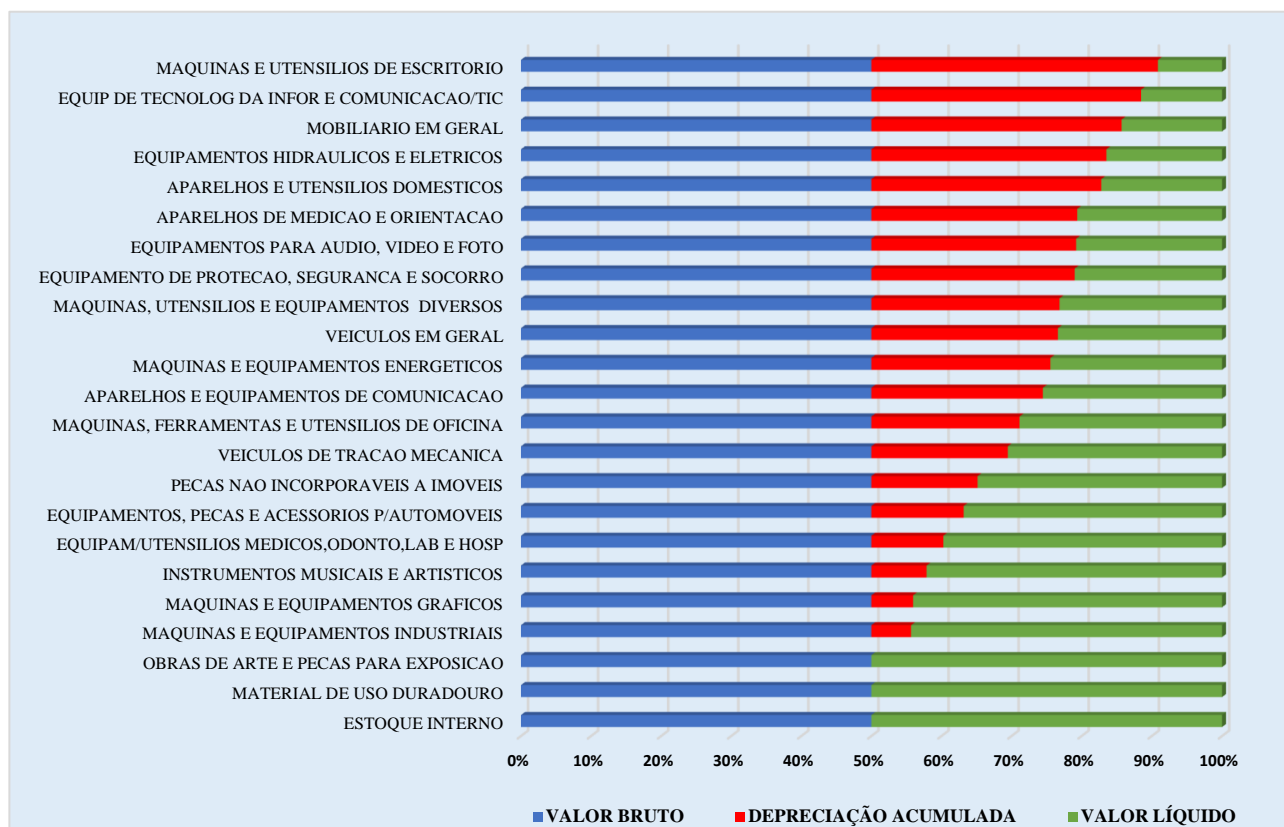
Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação acumulada e do valor líquido contábil, por grupo de Bens Móveis, estocados e distribuídos, em comparação com o exercício anterior.

COMPOSIÇÃO	2022	2021	VARIÇÃO	
			%	R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.041.189,57	6.714.813,49	4,86%	326.376,08
Bens de Informática	82.195.639,28	80.064.963,46	2,66%	2.130.675,82
Móveis e Utensílios	35.512.136,46	35.571.807,50	-0,17%	(59.671,04)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.567.069,40	2.181.650,12	17,67%	385.419,28
Veículos	7.640.447,62	7.944.498,94	-3,83%	(304.051,32)
Bens Móveis em Almoxarifado	11.910.304,56	464.428,31	2464,51%	11.445.876,25
Demais Bens Móveis	381.085,00	350.296,75	8,79%	30.788,25
(-) Depreciação Acumulada	(96.164.708,28)	(86.805.261,99)	10,78%	(9.359.446,29)
Total	51.083.163,61	46.487.196,58	9,89%	4.595.967,03

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

O gráfico a seguir apresenta os grupos de Bens Móveis em ordem decrescente de depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo com a análise da composição e com o planejamento de futuros investimentos.

ANÁLISE DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS





BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis compreendem os Bens de Uso Especial, destinados aos serviços do Órgão, bem como os Bens Imóveis em Andamento e Instalações.

COMPOSIÇÃO	2022	2021	VARIÇÃO	
			%	R\$
Bens de Uso Especial	640.032.502,22	640.032.502,22	0,00%	0,00
Bens Imóveis em Andamento e Instalações	2.425.260,34	1.473.661,85	64,57%	951.598,49
(-) Depreciação Acumulada	-262.246,99	-10.084.521,34	-97,40%	9.822.274,35
TOTAL	642.195.515,57	631.421.642,73	1,71%	10.773.872,84

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet são Edifícios e Terrenos/Glebas, que correspondem a 95% (R\$ 610.933.108,56) e 5% (R\$ 29.099.393,66) do total, respectivamente.

Já os Bens Imóveis em Andamento e Instalações contemplam valores que, com a conclusão das obras, serão incorporados aos valores dos imóveis, sendo Estudos e Projetos R\$ 163.065,28 (Vara de Trabalho de Votuporanga), e Instalações, sendo R\$ 196.800,00 relativo à instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de Rio Claro, R\$ 1.709.085,06 relativo à modernização do sistema de ar-condicionado do Edifício Sede Judicial e R\$ 356.310,00 relativo à Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de São João da Boa Vista.

A variação de R\$ 9.822.274,35 em Depreciação Acumulada diz respeito ao Ajuste de Exercícios Anteriores, realizado diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999), órgão responsável pelos registros de depreciação do Bens Imóveis no SIAFI, de acordo com os dados do Sistema de Patrimônio da União – SPU. Ajuste realizado pela Nota de Lançamento 2022NL017699, em junho de 2022.

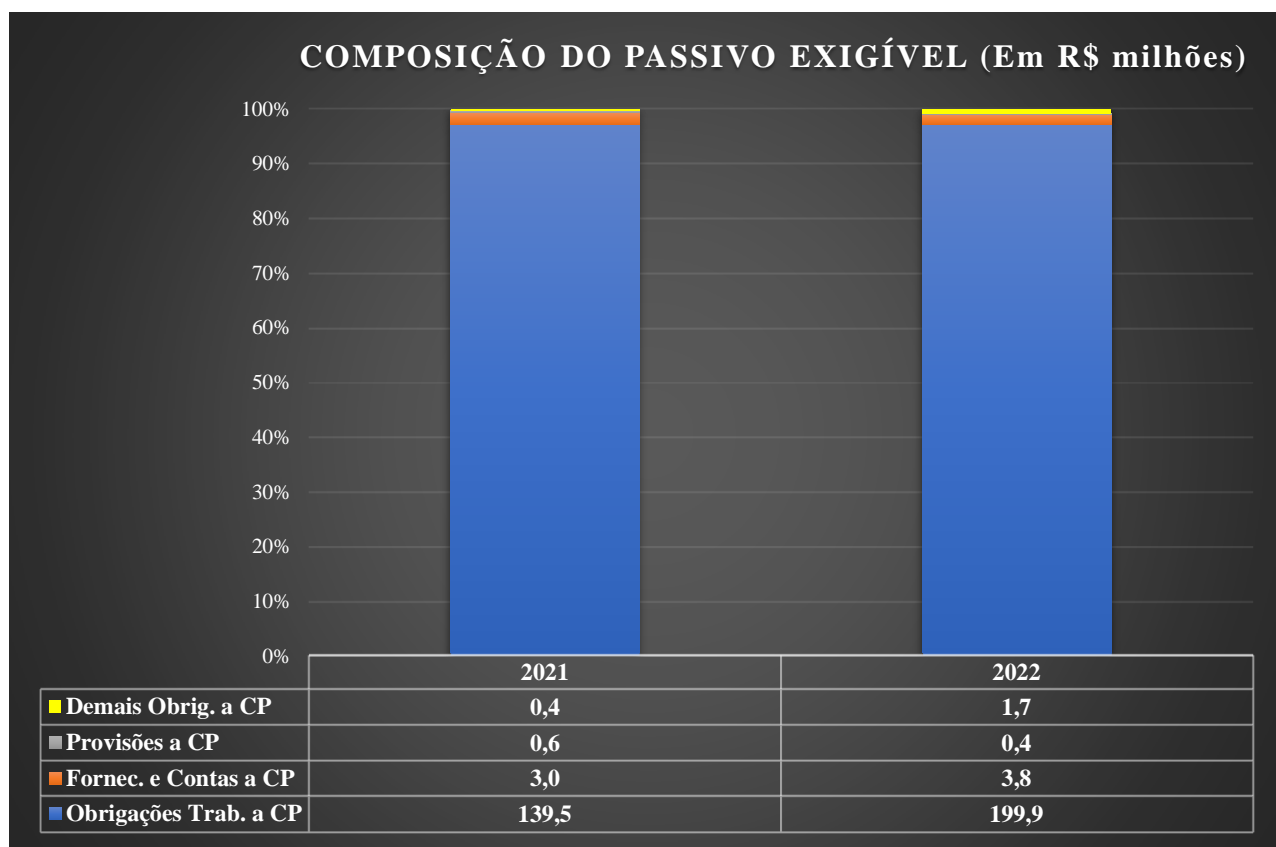


PASSIVO

O Passivo corresponde ao saldo das obrigações devidas pela entidade.

NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL

O Passivo Exigível de R\$ 205,7 milhões está constituído pelas seguintes obrigações:



As Obrigações Trabalhistas sofreram um aumento de R\$ 60,4 milhões e representam cerca de 97% de todo o Passivo Exigível.

O aumento de R\$ 739 mil de obrigações com Fornecedores em relação ao exercício anterior se deu, principalmente, pelo aprimoramento dos procedimentos de reconhecimento e de registro das obrigações em atendimento ao Regime de Competência, em atenção às recomendações constantes nos Relatórios de Auditorias



Internas nas Contas Anuais de 2020 (Proad 17776/2020), de 2021 (Proad 19956/2021) e às orientações do Manual SIAFI, na Macrofunção 020318 – Encerramento do Exercício, especialmente, os itens 4.1.2., 4.2.3.2., 4.2.3.3., que tratam da inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados Em Liquidação. Este aprimoramento iniciado em 2021 vem contribuindo para mitigar as distorções nas contas dos passivos exigíveis.

As Provisões encerraram o exercício de 2021 classificadas como Longo Prazo, no Ativo Não Circulante, mas de forma transitória, com a finalidade de evidenciar seus registros por Inscrição Genérica, uma vez que a Situação SIAFI Web PRV007 para registro no Curto Prazo estava apresentando problema em sua estrutura. A Setorial Contábil (CSJT) informou a STN que, por sua vez, regularizou a Situação PRV007, mas, apenas, podendo ser utilizada corretamente a partir de 2022. Desta forma, logo no início de 2022, foi possível acertar a classificação no Curto Prazo por Inscrição Genérica. Em 2022, as Provisões sofreram uma redução 32% em relação ao exercício anterior.

As demais Obrigações a Curto Prazo que somam R\$ 1,655 milhão, dizem respeito aos valores restituíveis que estão consignados, tais como: retenções previdenciárias (R\$ 711,2 mil); depósitos retidos de fornecedores (R\$ 883,9 mil); e cauções (R\$ 60,4 mil).

NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor residual dos Ativos após deduzidos todos os Passivos corresponde ao Patrimônio Líquido, que acumulou R\$ 632 milhões.

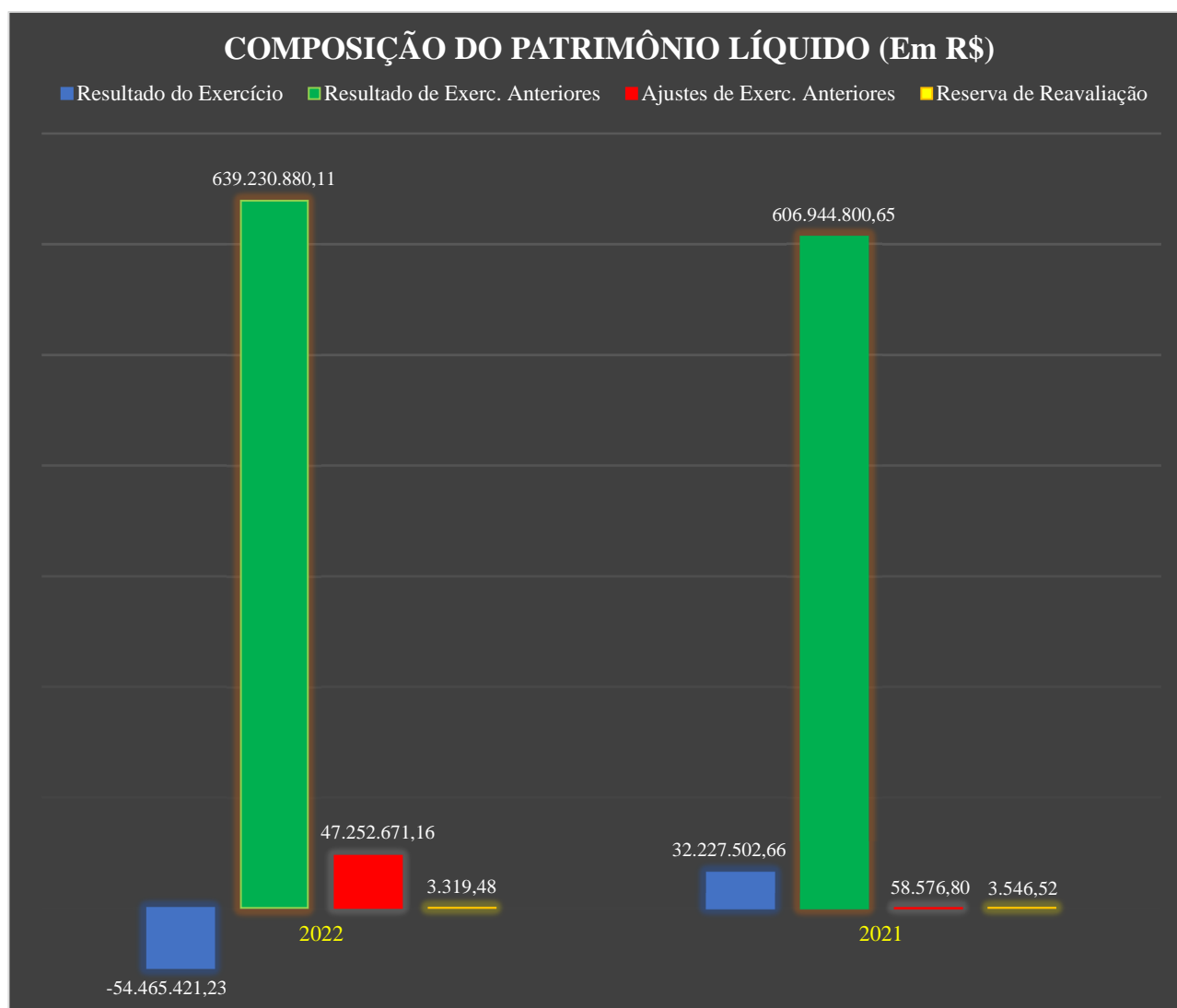
A redução de cerca de R\$ 7,2 milhões, se deu, principalmente, em função do Resultado Patrimonial do Exercício, que foi deficitário (R\$ 54,5 milhões), apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, diante dos Ajustes positivos de Exercícios Anteriores (R\$ 47,3 milhões).



Os Ajustes de Exercícios Anteriores dizem respeito aos passivos trabalhistas, à depreciação acumulada de bens imóveis, ao fornecimento de bens móveis e ao aporte inicial da Funpresp-Jud. Informações mais detalhadas são apresentadas na NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, que integra as Notas Explicativas da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

A Reserva de Reavaliação, corresponde às reavaliações registradas nas contas 123110106 - Máquinas e Equipamentos Industriais (R\$ 2.552,00) e 123110108 - Máquinas e Equipamentos Gráficos (R\$ 767,48).

A seguir, o gráfico comparativo com o ano anterior.



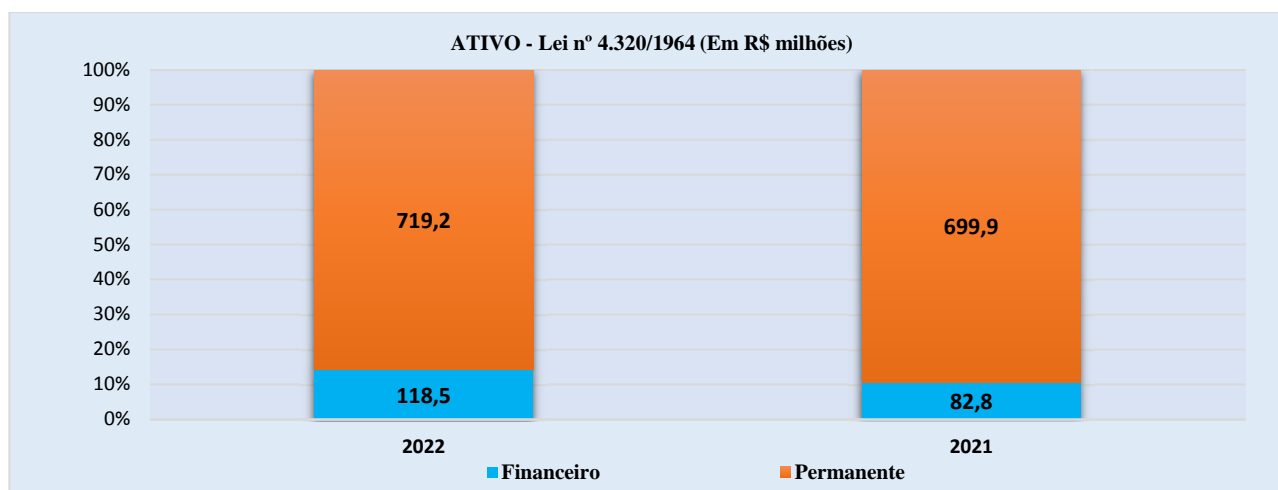


ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

A Lei nº 4.320/1964, separa o Ativo e o Passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

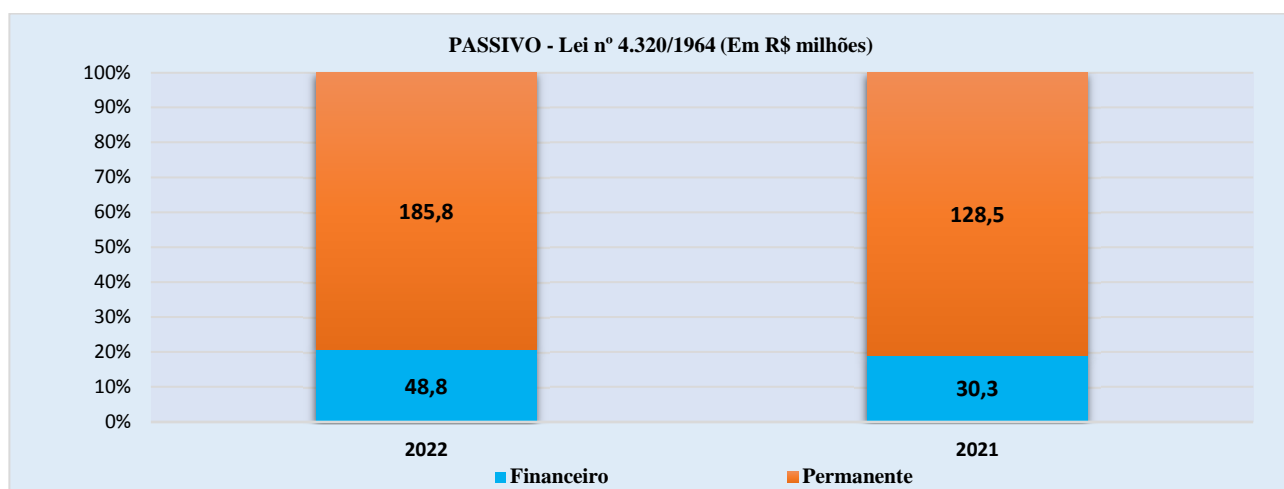
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

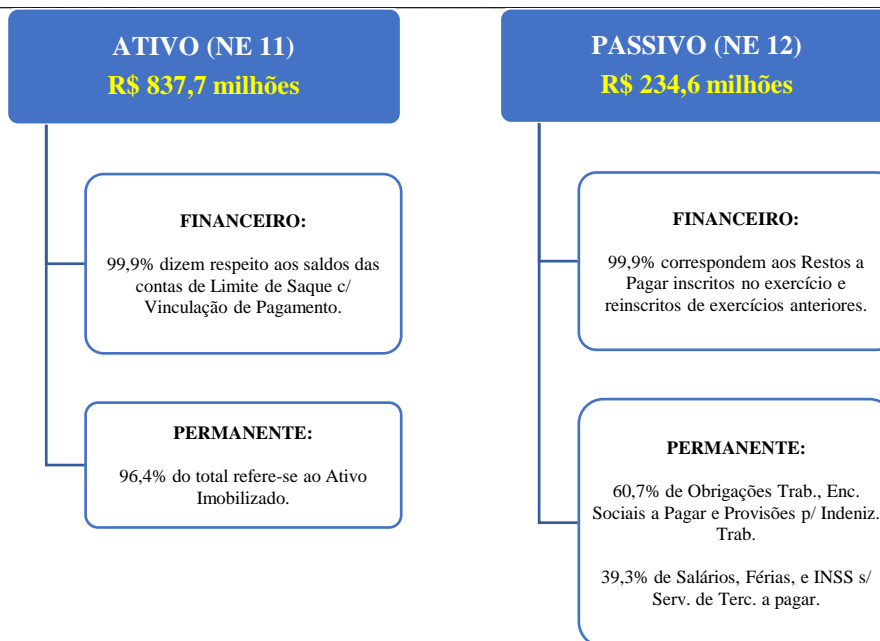
O Ativo Total somou R\$ 837.738.467,50, composto da seguinte maneira:



NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

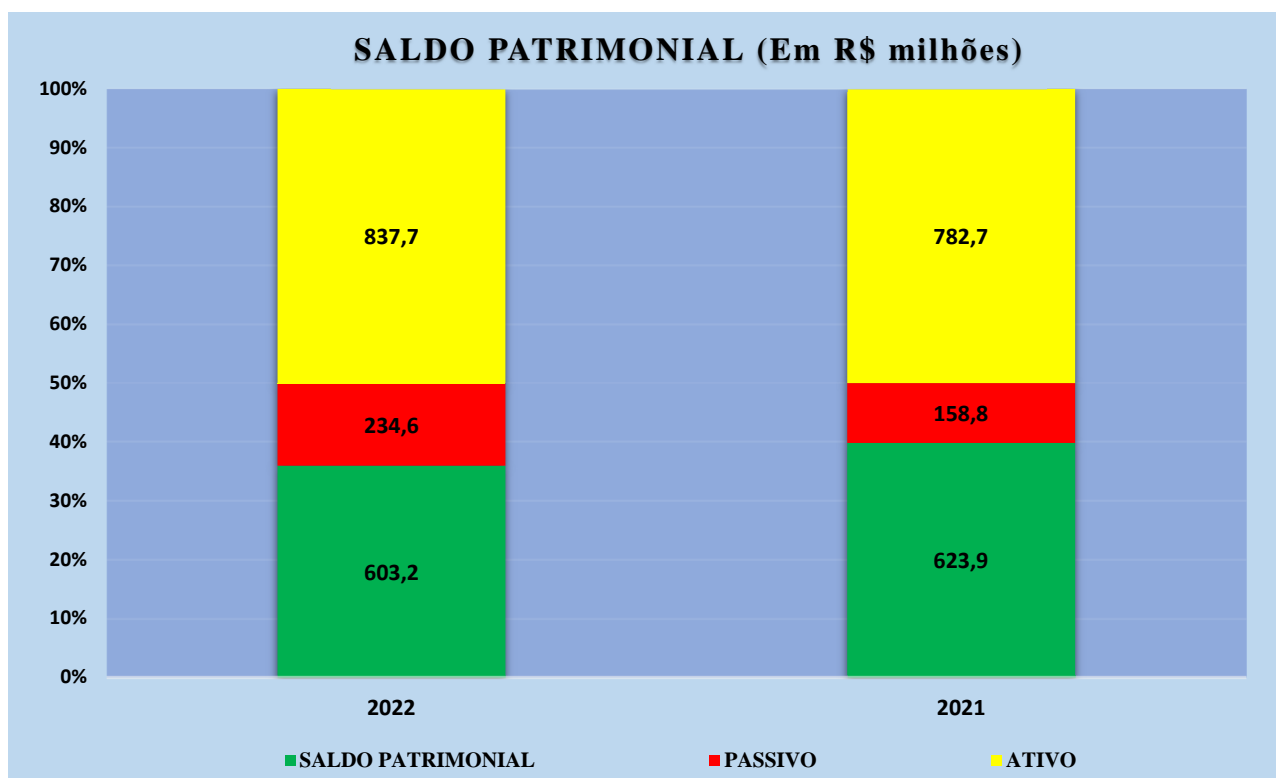
O Passivo somou R\$ 234.565.053,82, assim constituído:





NE 13 – SALDO PATRIMONIAL

Os Ativos aumentaram R\$ 55 milhões, enquanto os Passivos cresceram R\$ 75,8 milhões, resultando em uma redução do Saldo Patrimonial de 3,33% (R\$ 20,7 milhões) em relação ao exercício anterior.





O Saldo Patrimonial verificado foi de R\$ 603.173.413,68, a diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 28.848.035,84 a menor, em virtude de o Passivo Financeiro computar os seguintes saldos: R\$ 26.819.535,61 relativos aos créditos a liquidar inscritos em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício e R\$ 2.028.500,23 originários do saldo remanescente dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar reinscritos em 2022. O inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Desta forma, esses montantes computados no Passivo Financeiro impactam o Saldo Patrimonial.

ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

Registra os atos e fatos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade governamental.

ATIVOS R\$ 8.464.560,00	PASSIVOS R\$ 134.656.962,84
<ul style="list-style-type: none">•R\$ 5.400.782,07: Garantias e Contragarantias Recebidas (Fianças, Seguros-Garantia, e Cauções);•R\$ 3.063.777,93: Direitos Contratuais de Aluguéis (Cessões Onerosas).	<ul style="list-style-type: none">•R\$ 134.656.962,84: Obrigações Contratuais (Serviços, Aluguéis, e Fornecimento de Bens).

NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 8.464.560,00, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2022	2021	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Conta Contábil					
Fianças a executar	350.528,67	350.505,43	4,14%	0,01%	23,24
Seguros-garantia a executar	4.989.888,43	4.206.961,67	58,95%	18,61%	782.926,76
Caução a executar	60.364,97	59.435,20	0,71%	1,56%	929,77
Contratos de alugueis em execução	3.063.777,93	2.297.441,57	36,20%	33,36%	766.336,36
Total	8.464.560,00	6.914.343,87	100,00%	22,42%	1.550.216,13

Fonte: Tesouro Gerencial



As fianças, os seguros-garantia e as cauções a executar correspondem a 64% dos Atos Potenciais Ativos. Os saldos de cauções a executar, depósitos restituíveis em contas bancárias na Caixa Econômica Federal, foram conciliados com o extrato bancário de dezembro de 2022.

Os contratos de aluguéis em execução, dizem respeito aos termos de cessões onerosas de espaços físicos: Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo CP 0499/2017 – Banco do Brasil, Processos CP 359/2013 e PROAD 18958/2022 – Associações de Advogados Trabalhistas e Processo 0090000-60.2008-5.15.0895 PA – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP.

NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Do total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 134.656.962,84, 58,24% referem-se a contratos de serviços, 40,88% dizem respeito aos contratos de aluguéis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado e, apenas, 0,88% correspondem aos contratos de fornecimento de bens, conforme detalhado na tabela a seguir.

Exercício	2022	2021	Composição	Variação	
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$	%	%	R\$
Serviços	78.429.903,58	61.303.831,83	58,24%	27,94%	17.126.071,75
Aluguéis	55.044.237,64	61.255.239,07	40,88%	-10,14%	-6.211.001,43
Fornecimento de Bens	1.182.821,62	1.862.055,22	0,88%	-36,48%	-679.233,60
Total	134.656.962,84	124.421.126,12	100,00%	8,23%	10.235.836,72

Fonte: Tesouro Gerencial

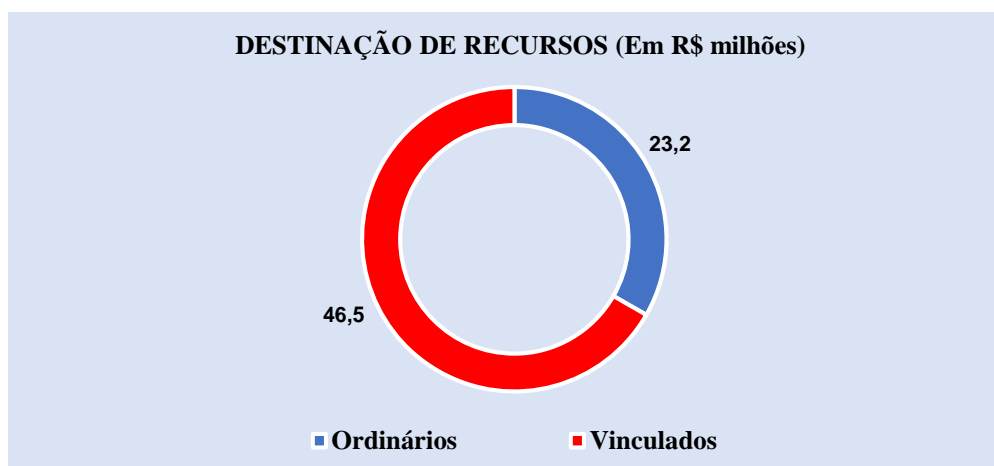


NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro do exercício foi de R\$ 69.703.377,51.



Esse saldo financeiro está composto da seguinte maneira.



O Superávit Financeiro em 2022 em relação ao exercício anterior variou positivamente em 33%:

EXERCÍCIO	2022	2021	VARIAÇÃO	
			%	R\$
CONTA	SALDO R\$	SALDO R\$	%	R\$
ATIVO FINANCEIRO	118.497.984,16	82.848.626,58	43%	35.649.357,58
PASSIVO FINANCEIRO	48.794.606,65	30.294.274,97	61%	18.500.331,68
SUPERÁVIT FINANCEIRO	69.703.377,51	52.554.351,61	33%	17.149.025,90

Fonte: Tesouro Gerencial



NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mediante o confronto entre as Variações Quantitativas Aumentativas e Diminutivas.

NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 1,995 bilhão. As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 95,76%, sendo, quase a sua totalidade, composta pelos Sub-Repasses para o atendimento do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário. A variação relevante observada em Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos é fruto dos recebimentos de recursos de Convênios com as Instituições Financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), que até 2021 eram recebidos na forma de Transferências Correntes (Fonte de Recursos 180 – Receitas de Convênios) e em 2022 passaram a ser recebidos como Receitas Patrimoniais com Cessão de Direitos (Fonte de Recursos 170 – Receitas Próprias Primárias de Aplicação Específica).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2022	2021	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	62.295.026,98	45.578.259,41	3,12%	36,68%	16.716.767,57
Explor. e Venda de Bens, Serv. e Dir.	18.736.043,64	852.709,78	0,94%	2097,24%	17.883.333,86
VPA's Financeiras	102.990,57	151.055,97	0,01%	-31,82%	-48.065,40
Transferências e Delegações Recebidas	1.910.103.876,44	1.763.880.948,08	95,76%	8,29%	146.222.928,36
Valoriz/Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	37.483,88	149.139.966,58	0,00%	-99,97%	-149.102.482,70
Outras VPA's	3.375.458,62	6.074.580,97	0,17%	-44,43%	-2.699.122,35
Total	1.994.650.880,13	1.965.677.520,79	100,00%	1,47%	28.973.359,34

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

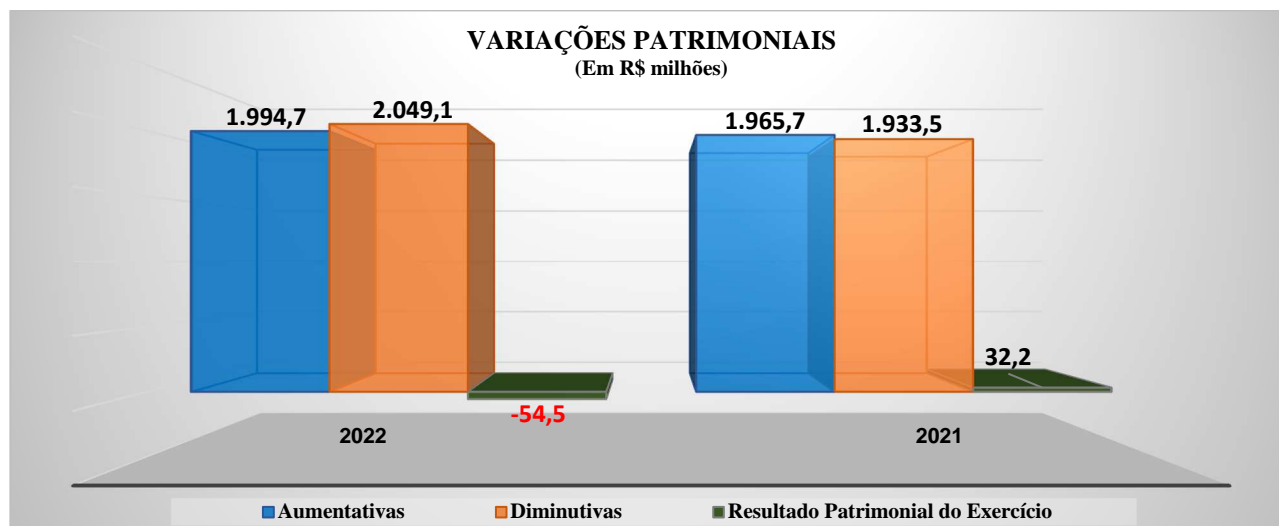
As Variações Patrimoniais Diminutivas foram de R\$ 2,049 bilhões. Desse total, 59,58% correspondem a despesas com Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionistas) e Encargos, 29,60% são relativas a Benefícios Previdenciários e Assistenciais. O Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo somaram 6,38% do total.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2022	2021	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Pessoal e Encargos	1.220.807.870,42	1.206.470.598,77	59,58%	1,19%	14.337.271,65
Benefícios Previd. e Assistenciais	606.508.267,84	472.528.957,43	29,60%	28,35%	133.979.310,41
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	130.672.616,44	107.767.498,29	6,38%	21,25%	22.905.118,15
VPD's Financeiras	2.023.456,71	699.957,11	0,10%	189,08%	1.323.499,60
Transf. e Delegações Concedidas	71.262.876,78	56.100.128,31	3,48%	27,03%	15.162.748,47
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	12.192.743,98	86.578.741,86	0,60%	-85,92%	-74.385.997,88
Tributárias	3.966.989,70	1.812.729,53	0,19%	118,84%	2.154.260,17
Outras VPD's	1.681.479,49	1.491.406,83	0,08%	12,74%	190.072,66
Total	2.049.116.301,36	1.933.450.018,13	100,00%	5,98%	115.666.283,23

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi deficitário em R\$ 54,5 milhões, com as Variações Patrimoniais Aumentativas aumentando, apenas, 1,47%, enquanto as Diminutivas aumentaram 5,98%, em relação ao exercício anterior.





NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos Operacional, de Investimento e de Financiamento.

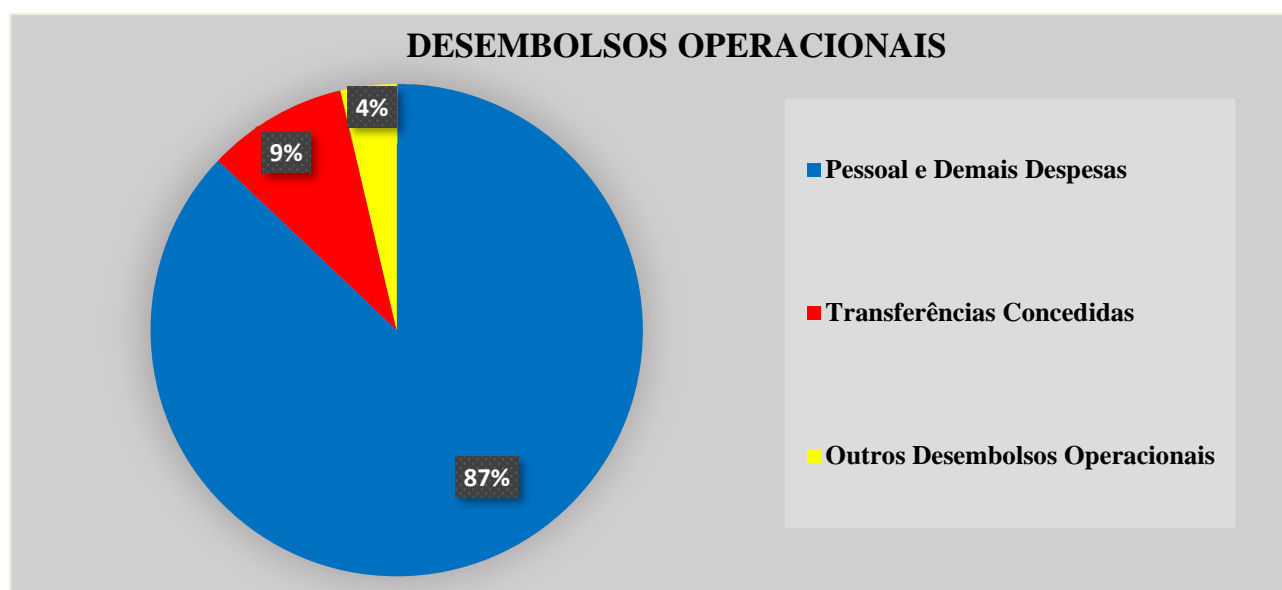
A DFC identifica:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período; e
- o saldo do caixa na data das Demonstrações Contábeis.

NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Ingressos superaram os Desembolsos em 2,66% gerando um saldo positivo de R\$ 51.748.129,69. Os Ingressos totalizaram R\$ 1.994.578.290,21. Cerca de 96% correspondem às Transferências Financeiras Recebidas, em quase sua totalidade, na forma de Sub-Repasse.

Os Desembolsos Operacionais de R\$ 1.942.830.160,52 apresentaram a seguinte composição:



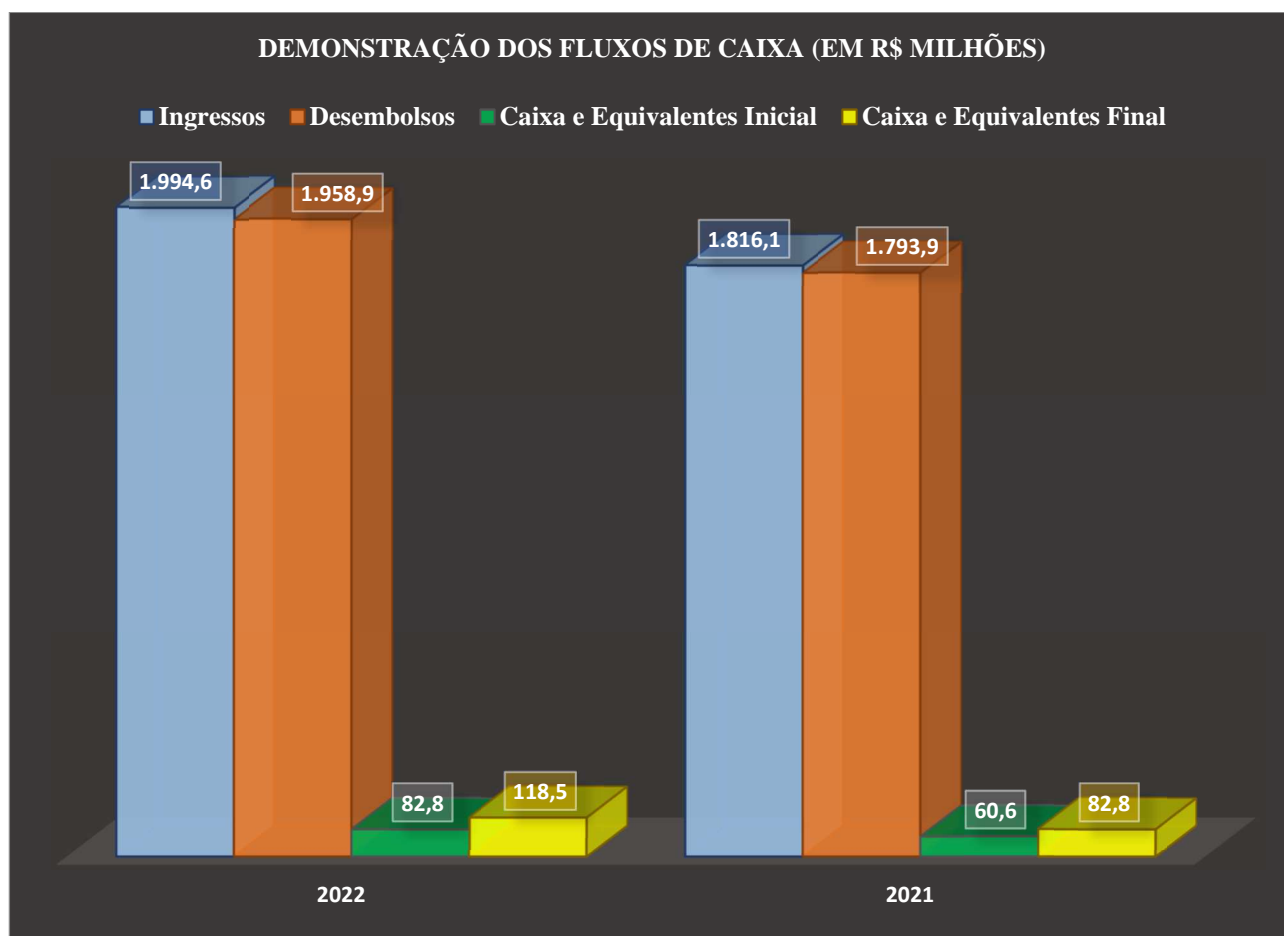


NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 16.098.772,11, já que o Órgão não possui Ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à Alienação de Bens e de Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. No caso do TRT da 15ª Região, referem-se a gastos com Investimentos em Instalações, com aquisições de Materiais Permanentes e Bens Intangíveis e Outros Desembolsos com Investimentos.

NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL

Em 2022, os Ingressos Operacionais superaram os Desembolsos Operacionais e de Investimento em R\$ 35,6 milhões, aumentando o Caixa e Equivalentes em 43% no período.





Conciliando-se os Fluxos de Caixa Operacional e de Investimento com os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro evidencia-se o saldo final de Caixa e Equivalentes.

	Em R\$
a) INGRESSOS	2.039.607.214,76
Transferências Financeiras Recebidas	1.910.080.905,31
Recebimentos Extraorçamentários	129.526.309,45
b) DISPÊNDIOS	2.003.957.857,18
Despesas Orçamentárias	1.913.601.590,19
Transferências Financeiras Concedidas	71.040.834,72
Pagamentos Extraorçamentários	19.315.432,27
c) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES = a) – b)	35.649.357,58
d) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES INICIAL	82.848.626,58
e) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES FINAL = c) + d)	118.497.984,16

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

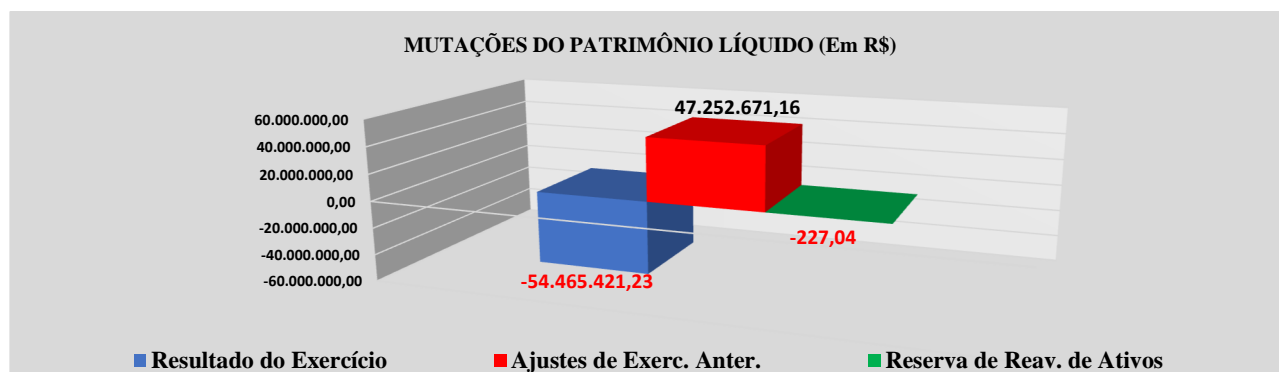
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade. Em 2022, as mutações somaram cerca de R\$ 7,2 milhões.



As mutações ocorridas foram as seguintes:





NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o Exercício de 2022 ocorreram Ajustes de Exercícios Anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da entidade, encerrando o período com saldo positivo de R\$ 47.252.671,16, assim constituído:

	Em R\$
saldo anterior a 01/01/2022	58.576,80
Ajuste na deprec. acum. de jun/2022 dos bens imóv. cadastr. no Spunet, confor. conciliação entre planilha encam. pela SPU e Siafi.	10.073.893,27
Ajustes de exercíc. anter. conforme observ. no relatório RMB da Coordenad. de Material e Logística (Proad 02084/2022 - doc 027), mês de marco/2022, referente a correção de um fornecimento feito de forma errônea para a biblioteca no mês de agosto/2021.	-3.000,00
Diferença atualização monetária do aporte inicial da Funpresp-Jud, referente ao mês de out/2013, atualizada até jan/2022, conforme mensagem SEOFI/CSJT nº 006/2022, de 25/02/2022	2.544,99
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). Acerto / ajuste da 2021NS013803 referente registro do passivo conforme informação 045/2022 -CDP/DB e despacho da Ordenadora de Despesas Substituta em 11/11/2022.	5.197.732,58
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). Acerto / ajuste da 2021NS013804 referente registro da provisão conforme informação 045/2022 -CDP/DB e despacho da Ordenadora de Despesas Substituta em 11/11/2022.	6.020,33
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). baixa total do registro da provisão conforme informação 057/2022 -CDP/DB e despacho da Ordenadora de Despesas em 30/12/2022.	51.329,41
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). Baixa total do passivo conforme informação 057/2022 -CDP/DB e despacho da Ordenadora de Despesas em 30/12/2022. Despesa enquadrada no art. 12 da resolução 137/2014, para controle sem inscrição genérica, de acordo com a nota técnica SEOFI.CSJT nº 1, de 05/09/2019 e com alteração de 10/06/2021.	342.757,53
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). Baixa parcial da provisão conforme informação 057/2022 -CDP/DB e despacho da Ordenadora de Despesas em 30/12/2022.	4.401,82
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). Estorno total da 2022NS017798 referente registro da provisão confor. informação 057/2022 -CDP/DB e despacho da Ordenadora de Despesas em 30/12/2022, por incorreção na VPD.	-51.329,41
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). Ajuste da baixa parcial do registro do passivo, 2022NS015081, de nov/2022.	45.004,29
Proad 21942/2021 - auxílio alimentação - ADMAALIME (diversos magistrados). Baixa total do registro do passivo conforme Informação 057/2022-CDP/DB e despacho da Ordenadora de Despesas em 30/12/2022.	2.811.729,00
Proc. Adm. 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Proad 23306/2020 - VPI - ADSOUTROS (diversos beneficiados). Ajustes de exerc. anteriores conforme informação CPAG/SSORP nº 559/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas Substituta em 24/05/2022. Baixa total dos juros, referente exclusão de juros conforme resolução CSJT 302/2021 e ofício circular CSJT.GPS.SEOFI 131/2021.	7.941,02
Proc. Adm. 0000722-38.2014.5.15.0895 PA - Proad 23337/2020 - PAE - escalonamento 5 por cento - fev/1995 a dez/1997 – ADMPAEAUX e ADCPAEAUX (diversos beneficiados). Ajustes de exercícios anteriores conforme informação CPAG/SSORP nº 541/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas Substituta em 19/05/2022. Baixa total dos juros de passivo e provisão, referente exclusão de juros conforme resolução CSJT 302/2021 e ofício circular CSJT.GPS.SEOFI 131/2021.	618.171,17
Proc. Adm. 00018400-13.2007.5.15.0895 PA - Proad 23340/2020 - diferenças de ATS - ADMATSERV (diversos beneficiados). Ajustes de exercícios anteriores conforme informação CPAG/SSORP nº 567/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas Substituta em 25/05/2022. Baixa/exclusão de juros conforme resolução CSJT 302/2021 e ofício circular CSJT.GPS.SEOFI 131/2021.	2.911,89
Proc. Adm. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA - Proad 23343/2020 - PAE (jan/1998 a ago/1999) - ADCPAEAUX (diversos benefic.). ajustes de exerc. anter. ref. RGPS confor. inform. CPAG/SPM nº 277/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas em 16/03/2022.	2.356,34
Proc. Adm. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA - Proad 23343/2020 - PAE (jan/1998 a ago/1999) - ADMPAEAUX e ADCPAEAUX (diversos beneficiados). ajustes de exercícios anteriores conforme informação CPAG/SPM nº 277/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas em 16/03/2022. Ref. exclusão de juros confor. resolução CSJT 302/2021 e ofício circular CSJT.GPS.SEOFI 131/2021.	169.107,31
Proc. Adm. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA - Proad 23266/2020 - saldo URV (11,98 por cento) - ADMPURVALR, ADCURVLALR e ADSURVALR (diversos beneficiados). Ajustes de exerc. anter. conforme informação CPAG/SSORP nº 531/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas Substituta em 18/05/2022. Baixa/exclusão de juros conforme resolução CSJT 302/2021 e ofício circular CSJT.GPS.SEOFI 131/2021.	27.208.961,50
Proc. Adm. 00778-13.2010.5.15.0895 PA - Proad 23342/2020 - PAE (set/1994 a dez/1997) - ADMPAEAUX (diversos benefic.). Ajustes de exercícios anteriores conforme informação CPAG/SPM nº 276/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas Substituta em 14/03/2022, referente exclusão de juros conforme resolução CSJT 302/2021 e ofício circular CSJT.GPS.SEOFI 131/2021.	115.457,36
Proc. Adm. 77200-97.2008.5.15.0895 PA - Proad 23341/2020 - PAE - set/1994 a dez/1997 - ADMPAEAUX (diversos benefic.). Ajustes de exerc. anter. conforme informação CPAG/SSORP nº 536/2022 e despacho de Ordenadora de Despesas Substituta em 18/05/2022. Baixa/exclusão de juros conforme resolução CSJT 302/2021 e ofício circular CSJT.GPS.SEOFI 131/2021.	494.653,65
Proc. Adm. 77200-97.2008.5.15.0895 PA - Proad 23341/2020 - PAE (set/1994 a dez/1997) - ADMPAEAUX e ADCPAEAUX (div. benefic.). Acerto de provisão set/2022 conf. e-mail da coord. de pagam. e orient. mens. SEOFI/CSJT nº 35/2022 e nº 37/2022.	145.312,18
Proc. Adm. 77200-97.2008.5.15.0895 PA - Proad 23341/2020 - PAE (set/1994 a dez/1997) - ADMPAEAUX e ADCPAEAUX . Acerto/atualiz. do passivo para set/2022 conf. e-mail da coord. de pagam. e orient. mens. SEOFI/CSJT nº 35/2022 e nº 37/2022.	6.714,93
Reclassificação dos saldos da cta 237110300 - ajuste de exerc. anter. da adm. direta, autarquias, fundações e fundos para a conta 237110201 superávits ou déficits de exerc. anter. (mês de abertura).	-58.576,80
saldo em 31/12/2022	47.252.671,16

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

No Exercício de 2021 foram realizadas reavaliações de Bens Móveis das Contas Contábeis 1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais e 1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos. Estas reavaliações constituíram os saldos iniciais da Reserva de Reavaliação de Ativos (R\$ 3.546,52). Durante o exercício de 2022, a conta foi debitada em R\$ 227,04, fruto dos registros de depreciações acumuladas dos bens reavaliados, em conformidade com o constante na Mensagem 2021/0340881 da STN, enviada em 22/06/2021 pelo Comunica SIAFI, que informou a alteração e atualização da Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, do Manual SIAFI. A atualização passou a contemplar as diretrizes e situações a serem utilizadas no SIAFIWeb para a contabilização da reavaliação de Ativos em contrapartida à Reserva de Reavaliação.

Os saldos que compõem a Reserva de Reavaliação são os seguintes:

Conta Contábil	Saldo (R\$)
1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais	2.552,00
1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos	767,48
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.319,48

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os procedimentos de Reavaliação de Bens Móveis constam do Proad 6028/2020. Em 2021, foram realizadas reavaliações em duas Contas Contábeis de menor complexidade para fins de identificação e análise de eventuais inconsistências para que, após corrigidas, fosse possível realizar a reavaliação completa dos Bens Móveis que necessitam ser reavaliados.

Durante a análise de conformidade das reavaliações, foram identificadas inconsistências dos valores registrados no Sistema de Controle de Material e Patrimônio.



A Gestão Patrimonial analisou as possibilidades de registros das reavaliações, dos novos valores residuais, de estimativas de vida útil e de depreciações no Sistema de Controle de Material e Patrimônio, e identificou a impossibilidade de registrar corretamente as reavaliações. As ações que estão sendo tomadas pelas áreas responsáveis constam no referido Processo Eletrônico.

PASSIVOS CONTINGENTES

Os Passivos Contingentes são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigações presentes resultantes de eventos passados, mas que não são reconhecidas porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2022, o Passivo Contingente somou cerca de R\$ 217,2 milhões, conforme o quadro demonstrativo:

Em R\$

PASSIVOS CONTINGENTES	TOTAL
Incorporações/atualizações de quintos/décimos. Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI)	194.387.452,56
Férias Indenizadas de Magistrados - FERIMG	12.844.814,75
Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para órgãos cedentes.	6.786.780,31
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes à PAE.	2.903.909,88
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes às Diferenças de Proventos e Pensões.	240.133,21
SALDO EM 31/12/2022	217.163.090,71

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

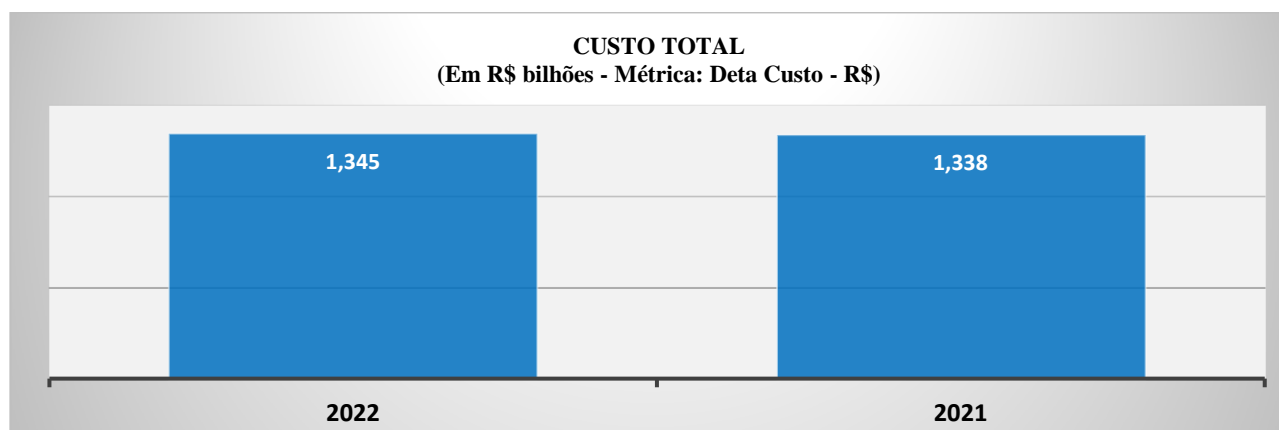


CUSTOS OPERACIONAIS

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

O Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Utilizando - se das consultas elaboradas pelo CSJT e disponibilizadas em “Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Bancada dos Órgãos Superiores > 15000 – Justiça do Trabalho > 00. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO > SEOFI > CUSTOS > Relatório de Gestão > Relatório de Gestão 2022”, no Sistema Tesouro Gerencial, adaptadas para extração de dados da UG 080011 – TRT da 15ª Região, verifica-se que em 2022 o Custo Total foi de R\$ 1,345 bilhão, cerca de 0,5% maior que no ano anterior.





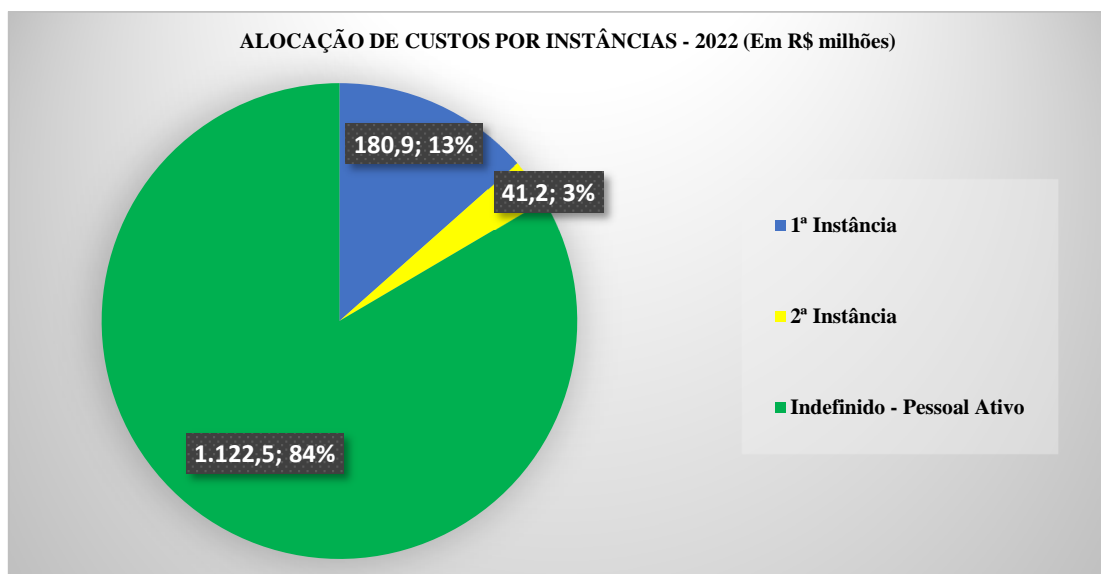
Para refinamento da informação, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, que amplia a utilização do SIC-Gov às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.

Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu - a todos os Tribunais Regionais do Trabalho - uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da Gestão de Custos. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos, que alimenta o SIC-Gov. A Cartilha está em sua 6ª Edição, atualizada até março de 2021.

Os Centros de Custos cadastrados para a Justiça do Trabalho permitem a organização temática dos recursos consumidos, de forma a disponibilizar informações de caráter gerencial. Para isso, definiu-se, como premissas básicas que: inicialmente os custos de pessoal não serão detalhados por instâncias, apenas alocados em centros de custos genéricos; o foco das análises será dado nos custos mais relevantes e de maior impacto no custeio das unidades; e os custos serão segregados, na medida do possível, de acordo com a instância judicial a qual se destinam.



A seguir, os Custos do TRT da 15ª Região distribuídos pelas Instâncias da Justiça do Trabalho em 2022.



Cerca de 94% do Custo Total refere-se ao Programa de Governo de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário.



A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos



de melhoria quanto a qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência, eficácia.

Finalmente, é importante evidenciar a alocação dos Custos por Centros de Custos, desconsiderando os Indefinidos (Pessoal Ativo e respectivos Encargos Sociais).

